

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a DEZEMBRO de 2023

 ER 7905
 WS 7470
 JL 5923
 RT 31601



Sumário

1. Introdução.....	3
2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS.....	4
3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.....	9
4. Resultado dos Planos.....	10
5. Custos com a Administração dos Investimentos	19
6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes.....	20
7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	28
8. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária	31
9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade.....	38
10. Governança e Planejamento Estratégico:	50
11. Recomendações do Conselho Fiscal.....	50
12. Conclusão.....	60
13. Documentos de Referência.....	61
14. Glossário de Termos	62



1. Introdução

A Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas;

"II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Adicionalmente, o artigo 7º da referida Resolução dispõe:

Art. 7º. "A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão".

Nesse sentido, o sistema de controles internos é fundamental para assegurar a integridade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais nas tomadas de decisão. Outrossim, o relatório de controles internos emitido pelo CFE - Conselho Fiscal da Eletros considera o fluxo de informações avaliado para o exercício de 2023.

Adicionalmente, com o objetivo de estabelecer um roteiro das atividades e ações que o Conselho Fiscal pretende realizar ao longo do ano e, conseqüentemente dar maior subsídios a elaboração semestral do Relatório de Manifestação, durante o exercício de 2023 foram mapeados e definidos os requisitos essenciais com vistas a definição do Plano de Trabalho Anual do CFE para o exercício de 2024. Este Plano de Trabalho tem como finalidade assegurar





que as funções de supervisão e controle das finanças e da gestão da Fundação sejam exercidas de maneira eficiente, sistemática e em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis. Assim, o Plano de Trabalho Anual do Conselho Fiscal foi elaborado em 2023 e aprovado na 473ª RCFE, realizada em 08/03/2024, com o objetivo de:

- Definir claramente quais atividades serão realizadas e em que ordem, garantindo que todos os aspectos relevantes, de responsabilidade do CFE, sejam cobertos ao longo do ano.
- Fornecer uma visão clara das ações planejadas, o que permite adequada prestação de contas e transparência perante os membros da Fundação, participantes, patrocinadoras e outros stakeholders.
- Planejar as avaliações e exames a serem efetuados pelo colegiado para as revisões de relatórios financeiros e de mecanismos de controle, assegurando que a gestão esteja em conformidade com as políticas internas e a legislação vigente.
- Estabelecer procedimentos para verificar e garantir que a Fundação identifique e mitigue riscos financeiros e operacionais.
- Estabelecer procedimentos para identificar oportunidades para melhorar a eficiência e eficácia da gestão.
- Propor procedimentos para que a Fundação estabeleça práticas e métodos que visem o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares nos prazos estabelecidos, evitando penalidades e outras consequências negativas.
- Prover mecanismos para avaliar continuamente o desempenho financeiro e operacional da entidade, possibilitando ajustes e melhorias contínuas.
- Assegurar que todas as atividades e decisões do CFE sejam respaldadas em Relatórios Gerenciais formalmente emitidos pela Fundação, e conseqüentemente sejam devidamente documentadas e arquivadas, criando um registro histórico que possa ser consultado futuramente.

Por fim, observadas as premissas expressas na Resolução CGPC nº 13/2004, o Conselho Fiscal da Eletros elaborou este Relatório de Controles Internos por onde o Conselho Fiscal da Eletros manifesta os resultados pertinentes ao exercício de 2023 e, considerando as ações que foram debatidas e analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o período de janeiro a dezembro, bem como o acompanhamento sobre as recomendações emanadas pelo Colegiado a respeito de eventuais deficiências, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

A habilitação, a certificação e a qualificação são disciplinadas pela Resolução CNPC nº 39, de 30 de abril de 2021, e pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023. De acordo com o artigo 8º, da CNPC nº 39, o Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da Entidade em relação aos processos de habilitação, certificação e qualificação.





Cabe destacar que a certificação é atestada por meio de processo realizado por instituição autônoma certificadora reconhecida pela PREVIC. Já a habilitação é realizada pela PREVIC e no caso da ELETROS, que está enquadrada no segmento 2 (S2), a Resolução PREVIC nº 23 trouxe alteração importante ao determinar que a partir de setembro de 2023, a Entidade deverá enviar à Previc, para fins de habilitação, a documentação comprobatória de atendimento aos requisitos exigidos para o exercício dos cargos definidos na legislação. A qualificação é o processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na entidade.

Adicionalmente, destaca-se: (i) o Art. 5º da Resolução CNPC nº 35 de 20 de dezembro de 2019, que preconiza que a escolha dos membros da diretoria-executiva deverá ser realizada mediante processo seletivo, exigida qualificação técnica, com divulgação e transparência, conduzido sob a orientação e supervisão do Conselho Deliberativo; e (ii) a Norma Interna de Seleção de Membros da Diretoria Executiva da Eletros que preenche uma lacuna importante, de forma que a Fundação esteja em conformidade legal até a adaptação Estatutária, conforme disposto na Resolução CNPC nº 35. No primeiro semestre de 2023, a Norma Interna de Seleção de Membros da Diretoria Executiva da Eletros foi revogada pelo Conselho Deliberativo da Eletros – CDE e o colegiado deliberou pela recondução do Diretor de Benefícios para um novo mandato de 3 anos.

Destaca-se que o Atestado de Habilitação do Diretor de Benefícios Carlos Eduardo Brasil Pereira, Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios – ARPB foi renovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 27/07/2023, com validade até 02/05/2026.

Relativo ao processo de escolha para a Diretoria Financeira, o processo eleitoral ocorreu no primeiro semestre de 2023 de acordo com as Normativas legais e internas e Luiz Guilherme F. N. Pinto tomou posse como Diretor Financeiro em 01 de setembro de 2023.

Outrossim, de acordo com o MEMO-SEG-001/24, de 09 de abril de 2024 e respectivos anexos, da Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo - SEG, as habilitações, certificações e qualificações dos Conselheiros, Dirigentes e profissionais de investimentos encontram-se regulares em relação ao período de janeiro a dezembro de 2023, atualizado pelo MEMO-SEG-002/24, de 19/04/2024, quanto às informações acompanhadas pela Secretaria de Governança e de acordo com a Resolução CNPC nº 39/2021 e Resolução PREVIC nº 23/2023, conforme se verifica(m) o(s) demonstrativo(s) constante do material basilar.

Ainda, de acordo com o mesmo Memorando, os Certificados e os dados dos Conselheiros e Dirigentes estão cadastrados tempestivamente no Cadastro Nacional de Dirigentes – CAND junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em atendimento à obrigação legal, atividade realizada pela SEG. Destaca-se que a Resolução Previc 23/2023, que começou a vigor em 01/09/2023, voltou a prever a possibilidade da certificação por experiência.

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601





QUADRO 2.1: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em Abril/2024								
ÓRGÃO: CONSELHO DELIBERATIVO								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Aline Braz Miranda Sá – Conselheira Efetiva - Presidente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	EA11213	17/04/2024	17/04/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Marcelo Santos Ferreira - Conselheiro Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	(**)	-	-	-
Álvaro Pintos Fonseca Neto - Conselheiro Efetivo	01/12/2020 01/09/2023	31/08/2023 Renunciou ao cargo de suplente para iniciar seu mandato como efetivo, devido ao resultado do proc. Eleitoral 31/08/2027	Número -Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	PA0009416	24/11/2021	24/11/2024	ICSS - Ênfase em Administração
Paulo Roberto Nunes Mandarinó – Conselheiro Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	(**)	-	-	-
Ailton Andrade – Conselheiro Efetivo	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	EA08456	02/10/2023	02/10/2026	ICSS - Ênfase em Administração
Kathia Christina de Souza Pimentel	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	(**)	-	-	-
Luiz Carlos de Oliveira Costa - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número -Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009417	26/11/2021	26/11/2024	ICSS (Prova online) - Ênfase em Administração
Gilmara Estela Leite Couto - Conselheira Suplente	01/12/2020	30/11/2024	Número -Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009544	03/03/2022	03/03/2025	ICSS (Prova online) - Ênfase em Administração
Marcio Kennedy de Almeida - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número -Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	EA03847	15/06/2021	15/06/2024	ICSS - Ênfase em Administração
Gustavo Botrel Coutinho de Melo - Conselheiro Suplente	01/12/2020	30/11/2024	Número -Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA06682	27/02/2021	27/02/2024	ICSS - Ênfase em Administração
Rodrigo Dias Ramires - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número -Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	Ca08343	20/08/2020	20/08/2023	ICSS (Prova modalidade Capacitação) - Ênfase em Administração

Fonte: MEMO-SEG -002/24, de 19/04/2024.

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



QUADRO 2.2: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em Abril/2024								
ÓRGÃO: CONSELHO FISCAL								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro - Conselheira Efetiva - Presidente	19/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 19/12/2020	30/11/2024	EA02233	31/01/2022	31/01/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira - Conselheiro Efetivo	26/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 26/09/2023	31/08/2027	Controle F5W0-F8G6-F6C1	-	20/01/2026	CPA-20 - ANBIMA
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc – Conselheiro Efetivo	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	CA07891	26/09/2022	26/09/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Paula Barbosa – Conselheira Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	(**)	-	-	-
Alessandra Lemos de Souza - Conselheira Efetiva	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	EA04166	18/11/2021	18/11/2024	ICSS - Ênfase em Administração
William Manoel Souza - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009418	25/11/2021	25/11/2024	ICSS (Prova) - Ênfase em Administração

Fonte: MEMO-SEG -002/24, de 19/04/2024.

QUADRO 2.3: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em Abril/2024								
ÓRGÃO: DIRETORIA EXECUTIVA								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO PREVIC		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Pedro Paulo Da Cunha - Presidente	11/11/2022	11/11/2025	Nº: 2022.540	11/11/2025	PA06243	04/08/2023	04/08/2026	ICSS - Ênfase em Administração
Carlos Eduardo Brasil Pereira - Diretor de Benefícios Previdenciários	03/05/2023	02/05/2026	Nº: 2023.1	02/05/2023	EA05501	30/11/2022	30/11/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto - Diretor Financeiro	01/09/2023	31/08/2026	2023.337	18/12/2025	PI00617	18/12/2022	18/12/2025	ICSS - Ênfase em Investimentos

Fonte: MEMO-SEG -002/24, de 19/04/2024.

E, de acordo com a Resolução CNPC 39, Art. 5º, será exigida a certificação para:

II - Membros dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e...

IV - Demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



QUADRO 2.4 – CERTIFICAÇÃO – MEMBROS DE COMITÊS

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC
Bruno Sardinha Lopes	Gerente	MIBA/ICSS	03/02/2022/ 16/04/2024	03/02/2025/ 16/04/2027	03/02/2024/ 16/04/2025
Gabriel Pereira Neto	Analista de investimento	CEA AMBIMA	14/09/23	14/09/26	-
Felipe Correa Teixeira	Analista de investimento	CPA-20 AMBIMA	30/10/23	30/10/26	-
Marcelo Gouveia	Especialista	CNPI/APIMEC	04/10/22	04/10/27	-
Max Leandro Ferreira Tavares	Gerente	ICSS/CVM	01/01/23	01/01/26	31/12/24

QUADRO 2.5 – QUALIFICAÇÕES POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
AOMPANHAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES ELETROS

CONSELHO DELIBERATIVO													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
Aline Braz Miranda Sá	Presidente Conselho Deliberativo Efetivo	ICSS	17/04/2024	17/04/2027	17/04/2025	0	0	0	0	01/09/23	31/08/27	-	-
Marcelo Santos Ferreira	Conselheiro Deliberativo Suplente	AINDA NÃO POSSUI (PRAZO PARA CERTIFICAR-SE: ATÉ 30/06/24)	-	-	30/08/2024	0	0	0	0	01/09/23	31/08/27	-	-
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	15/08/21	15/08/24	14/08/24	66	68	46	180	01/12/20	30/11/24	Junho/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Gustavo Biotrel Coutinho de Melo	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	28/02/24	28/02/27	27/02/25	0	0	0	0	01/12/20	30/11/24	Fevereiro/25	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	21/08/23	20/08/26	20/08/24	89	0	0	89	01/12/20	30/11/24	Agosto/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Luiz Carlos de Oliveira Costa	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova)	26/11/21	26/11/24	25/11/24	74	18	0	92	01/12/20	30/11/24	Novembro/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Gilmaria Estela Leite Couto	Conselheira Deliberativa Suplente	ICSS (Prova)	03/03/22	03/03/25	02/03/25	60	24	0	84	01/12/20	30/11/24	Março/25	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Álvaro Pintos Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova)	24/11/21	24/11/24	23/11/24	24	25	0	49	01/09/23	31/08/27	Novembro/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Paulo Roberto Mondrino	Conselheiro Deliberativo Suplente	AINDA NÃO POSSUI (PRAZO PARA CERTIFICAR-SE: ATÉ 30/06/24)	-	-	30/08/2024	-	-	-	-	01/09/23	31/08/27	-	-
Alton Andrade	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	02/10/23	02/10/26	01/10/24	0	0	0	0	01/09/23	31/08/27	Outubro/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Kathia Pimentel	Conselheira Deliberativa Suplente	AINDA NÃO POSSUI (PRAZO PARA CERTIFICAR-SE: ATÉ 30/06/24)	-	-	30/08/2024	-	-	-	-	01/09/23	31/08/27	-	-



ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



CONSELHO FISCAL													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
Elizabeth Milante Ribeiro	Presidente do Conselho Fiscal Eletros (a partir de 14/04/2023)	ICSS	31/01/22	31/01/25	30/01/25	70	44	0	114	19/12/20	30/11/24	jen/25	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
José Luiz Brunwald Miglionski Leduc	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS (Capacitação)	26/09/22	26/09/25	25/09/24	70	0	0	70	01/09/23	31/08/27	set/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Paula Barbosa	Conselheiro Fiscal Suplente	AINDA NÃO POSSUI (PRAZO PARA CERTIFICAR-SE: ATÉ 30/AGO/24)	-	-	30/08/2024	-	-	-	-	01/09/23	31/08/27	-	-
Rudolph Fabiano Alves Piedra Teixeira	Conselheiro Fiscal Efetivo	AMBIMA	20/01/2023	20/01/2026	17/01/2025	-	-	-	-	26/09/23	31/08/27	-	Período para conclusão da atualização: 180 dias corridos ou até o vencimento da certificação, o que ocorrer primeiro.
Alessandra Lemos de Souza	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS	18/11/21	18/11/24	17/11/24	24	36	0	40	01/12/20	30/11/24	nov/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
William Manoel Souza	Conselheiro Fiscal Suplente	ICSS (Prova)	25/11/21	25/11/24	24/11/24	42	0	0	42	01/12/20	30/11/24	nov/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.

ELETROS													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
Bruno Sardinha Lopes	Gerente	MIBA/ICSS	03/02/2022/16/04/2024	03/02/2025/16/04/2027	03/02/2024/16/04/2025	-	-	-	47	-	-	-	100 pontos 3 anos (dos pontos computados 70% deverão estar enquadrados especificamente na área atuarial, previdenciária, securitária e de saúde).
Gabriel Pereira Neto	Analista de Investimento	CEA AMBIMA	14/09/23	14/09/26	-	-	-	-	-	-	-	-	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Felipe Correa Teixeira	Analista de Investimento	CPA-20 AMBIMA	30/10/23	30/10/26	-	-	-	-	-	-	-	-	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Marcelo Gouveia	Especialista	ENP/APIMEC	04/10/22	04/10/27	-	-	-	-	80	-	-	Declaração anual Apimec	Os créditos devem ser acumulados durante 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à data do vencimento, sendo que pelo menos 50% dos créditos devem ser nos últimos 2 (dois) anos anteriores a data final da comprovação dos créditos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Gerente	ICSS/CVM	01/01/23	01/01/26	31/12/24	44	0	0	44	-	-	set/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.

Fonte: MEMO-SEG -002/24, de 19/04/2024.

3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 19/12/2022, o Conselho Deliberativo da ELETROS na 501ª reunião aprovou a Política de Investimento dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros para o período de 2023-2027, exceto a Política de Investimentos do Plano CD Eletros Multi que foi aprovada na 509ª reunião do colegiado, em 26/04/2023.

As Políticas de Investimento dos Planos têm como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras responsabilidades, verificar se a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e aprovados. Neste sentido, o CFE, por meio das Atas da Diretoria e seus anexos; das Atas dos Comitês de Investimentos (CEI e CGG) e Relatórios de Riscos de Investimentos verificou que os critérios e procedimentos vêm sendo executados de acordo com as normativas e foram acompanhados pela Diretoria Executiva.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao exercício de 2023, considerando as informações disponibilizadas para o CFE no Relatório de Aderência

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos referente aos dois semestres, verifica-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	Plano BD		Plano CD Puro		Plano CD Saldado		Plano CD I	
	PI	dez-23	PI	dez-23	PI	dez-23	PI	dez-23
Renda Fixa	29,00% a 92,00%	60,22%	26,00% a 89,00%	73,54%	24,00% a 94,00%	67,82%	24,00% a 94,00%	70,39%
Renda Variável	5,00% a 35,00%	21,56%	10,00% a 40,00%	13,73%	5,00% a 40,00%	17,28%	5,00% a 35,00%	12,47%
Imóveis	0,00% a 13,00%	9,52%	0,00% a 6,00%	2,58%	0,00% a 8,00%	5,16%	0,00% a 13,00%	6,70%
Empréstimos	3,00% a 8,00%	3,46%	1,00% a 8,00%	1,24%	1,00% a 8,00%	1,82%	1,00% a 8,00%	2,64%
Estruturados	0,00% a 10,00%	3,70%	0,00% a 10,00%	5,46%	0,00% a 10,00%	3,69%	0,00% a 10,00%	4,53%
Exterior	0,00% a 10,00%	3,06%	0,00% a 10,00%	3,45%	0,00% a 10,00%	4,23%	0,00% a 10,00%	3,28%

Segmentos	Plano CV ONS		Plano EPE		Plano CD Multi		Plano PGA	
	PI	dez-23	PI	dez-23	PI	dez-23	PI	dez-23
Renda Fixa	27,00% a 89,00%	74,38%	27,00% a 90,00%	73,93%	32,00% a 100,00%	100,00%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 40,00%	15,82%	10,00% a 40,00%	15,83%	0,00% a 30,00%	---	---	---
Imóveis	---	0,00%	---	0,00%	0,00% a 10,00%	---	---	---
Empréstimos	1,00% a 8,00%	1,21%	0,00% a 8,00%	1,69%	0,00% a 8,00%	---	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	5,41%	0,00% a 10,00%	4,93%	0,00% a 10,00%	---	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	3,18%	0,00% a 10,00%	3,62%	0,00% a 10,00%	---	---	---

Fontes: Anexo XI - Relatório de Aderência da Política de Investimentos 2023 e referência ao RAI

Diante dos resultados apresentados, verifica-se que os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos, em todos os Planos, foram respeitados ao longo do exercício de 2023.

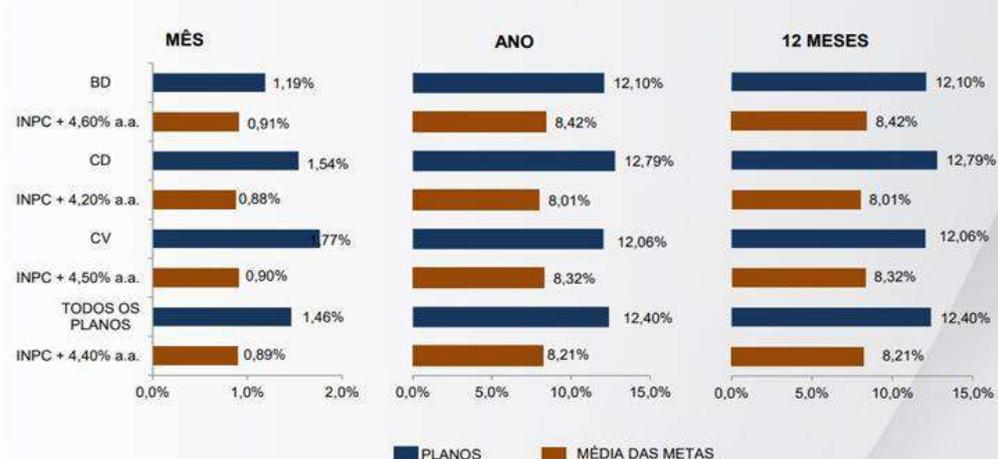
4. Resultado dos Planos

Para a melhor compreensão do desempenho dos Planos, foram anexadas as tabelas disponibilizadas pela Aditus - Empresa contratada pela Administração para atuar no apoio ao processo de gestão de desempenho de investimentos, onde pode-se verificar comparativamente os resultados alcançados no mercado e aqueles alcançados pela ELETROS.



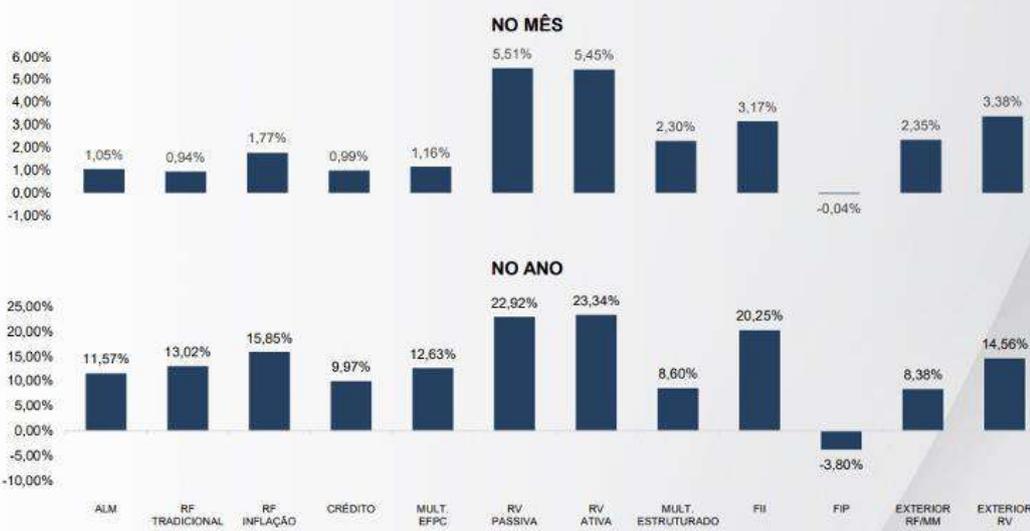
RESULTADOS DOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS

MEDIANA DAS RENTABILIDADES – DEZEMBRO 2023



RESULTADOS POR TIPOS DE INVESTIMENTOS

DEZEMBRO - 2023



	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás*	CD I	CV ONS	CV EPE	CD Multi**	PGA
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	13,50%	16,71%	13,82%	16,34%	15,85%	2,92%	14,31%
Renda Variável	21,89%	21,93%	21,92%	21,91%	21,94%	0,00%	0,00%
Imóveis	3,95%	3,95%	3,95%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	18,18%	10,84%	18,99%	15,08%	17,03%	0,00%	0,00%
Inv. Estruturados	4,24%	7,37%	5,99%	7,37%	7,37%	0,00%	0,00%
Exterior	14,49%	14,49%	14,49%	14,49%	14,49%	0,00%	0,00%
Consolidado	14,51%	16,18%	13,65%	16,28%	16,02%	2,92%	14,31%

* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

** Período de Julho a Dezembro de 2023

ER 7905
WS 7470
JL 5923
RT 31601



Fonte: Anexo XI – Relatório de Aderência Política de Investimentos-2023 e ADITUS Consultoria Financeira

Rentabilidade dos Investimentos

De acordo com o Relatório da PRG – Gerência de Riscos e Investimentos, cuja fonte de consulta é a Diretoria Financeira – DFI, o segundo semestre de 2023 apresentou excelente rentabilidade para os investimentos da ELETROS. A valorização destes ativos ocorreu em função de uma melhora de perspectiva quanto à política monetária dos Estados Unidos e surpresas positivas no ambiente interno. Neste contexto, a bolsa brasileira (índice Ibovespa) encerrou o ano com +22,3% devido, sobretudo, ao desempenho nos meses de novembro e dezembro com, respectivamente, resultados de +12,5% e +5,4%.

Quanto aos ativos de renda fixa, o fechamento das taxas de juros impactou positivamente as carteiras de títulos públicos através da marcação a mercado. Entretanto, a carteira de títulos atrelada ao IGP-M, presente no plano BD e no CD I, ficou abaixo daquelas atreladas ao IPCA, visto que o IGP-M encerrou 2023 com +3,2% contra +4,6% do IPCA. Os Fundos de Renda Fixa, por sua vez, conseguiram desempenhar na faixa de +13,5% no ano, situando-se pouco acima da taxa CDI (benchmark) e bem acima de +3,7% referente ao INPC. No consolidado, o ano de 2023 foi positivo, para todos os planos de benefícios da ELETROS, que auferiram rentabilidade acima de suas respectivas taxas de referência, com exceção do plano CD Multi.

Os resultados médios apresentados na tabela a seguir representam os valores percentuais, previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos de cada Plano de benefício.

Plano	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial ou Índice** de Referência***
BD Eletrobrás	11,41%	14,51%	11,41%
CD Eletrobrás Puro	11,41%	16,03%	11,41%
CD Eletrobrás Saldado	11,41%	17,00%	11,41%
CV ONS	11,41%	16,28%	11,41%
EPE	11,05%	16,02%	11,05%
Eletrobrás CD I	10,98%	13,65%	10,98%
CD Eletros Multi ***	10,98%	2,92%	6,47%
PGA	11,51%	14,31%	11,51%

* Estimativa de INPC em 5,90% maior que o INPC realizado de 3,71%.

** INPC + 4,50% (BD e CD I) e INPC + 4,80% para os demais.

*** Período de Julho a Dezembro de 2023

Fonte: Anexo XI - Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos 2023

De acordo com o respectivo anexo XI, os quadros a seguir apresentam os resultados em valores absolutos obtidos e o MEMO-DF/DFI-001/24, de 08/04/2024, apresenta as diferenças relativas ao resultado dos investimentos no ano de 2023, para cada Plano de Benefícios.

Destaca-se que a variação do INPC no ano de 2023 foi significativamente abaixo do previsto na Política de Investimentos para o respectivo período, reduzindo as taxas de referência. Com exceção do plano CD Multi, todos os planos de benefícios rentabilizaram acima do previsto na Política de Investimentos. Este resultado se deu em função da boa rentabilidade dos diferentes segmentos, principalmente renda fixa e variável.



CD ELETROBRÁS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	19,07%	14,81%	17,54%	13,33%	16,66%	12,49%	16,65%	12,48%	15,82%	11,68%
Renda Variável	21,93%	17,57%	21,93%	17,57%	21,93%	17,57%	21,93%	17,57%	0,00%	0,00%
Imóveis	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%
Empréstimos	11,61%	7,62%	11,61%	7,62%	11,61%	7,62%	11,61%	7,62%	11,61%	7,62%
Inv. Estruturados	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%
Exterior	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,04%	14,79%	17,84%	13,62%	16,23%	12,08%	16,44%	12,27%	14,98%	10,87%

CD I

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	12,03%	8,02%	13,20%	9,15%	13,61%	9,54%	13,64%	9,58%	14,28%	10,19%
Renda Variável	21,92%	17,56%	21,92%	17,56%	21,92%	17,56%	21,92%	17,56%	0,00%	-3,58%
Imóveis	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%	3,95%	0,23%
Empréstimos	19,00%	14,74%	18,99%	14,74%	18,99%	14,74%	18,99%	14,74%	18,99%	14,74%
Inv. Estruturados	5,99%	2,19%	5,99%	2,19%	5,99%	2,19%	5,99%	2,19%	5,99%	2,19%
Exterior	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	0,00%	-3,58%
Consolidado	15,96%	11,81%	15,28%	11,16%	13,94%	9,86%	14,29%	10,20%	13,29%	9,24%

CV O.N.S

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	16,25%	12,09%	16,23%	12,07%	16,17%	12,02%	16,17%	12,02%	16,20%	12,04%
Renda Variável	21,91%	17,55%	21,91%	17,55%	21,91%	17,55%	21,91%	17,55%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	15,08%	10,96%	15,08%	10,96%	15,08%	10,96%	15,08%	10,96%	15,08%	10,96%
Inv. Estruturados	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%
Exterior	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	0,00%	0,00%
Consolidado	18,31%	14,08%	17,46%	13,26%	16,30%	12,14%	16,54%	12,37%	15,69%	11,55%

CV EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	15,78%	11,63%	15,79%	11,65%	15,77%	11,63%	15,77%	11,62%	15,79%	11,65%
Renda Variável	21,94%	17,58%	21,94%	17,58%	21,94%	17,58%	21,94%	17,58%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	17,03%	12,85%	17,03%	12,85%	17,03%	12,85%	17,03%	12,85%	17,03%	12,85%
Inv. Estruturados	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%	7,37%	3,53%
Exterior	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	14,49%	10,40%	0,00%	0,00%
Consolidado	18,23%	14,00%	17,27%	13,07%	16,02%	11,87%	16,26%	12,10%	15,37%	11,25%

Fonte: Anexo XI - Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos 2023



A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 1,68 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi negativo em R\$ 9,71 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 31,97 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 1,13 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 0,70 milhão
Fundos Investimentos Multimercados	Negativo em R\$ 3,50 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 3,01 milhões
Fundo Investimento Participações	Negativo em R\$ 4,22 milhão
Outros	Positivo em R\$ 33,42 milhões
Total do plano BD ELETROBRÁS	Negativo em R\$ 9,71 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da adequação da carteira ao Estudo de ALM do plano que recomendou uma redução do percentual de Ações e Fundos de Investimento em ações, alterando a base de cálculo do patrimônio do segmento. A variação do IBrX conseguiu superar as estimativas de rentabilidade para o ano de 2023.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação negativa no segmento de Renda Fixa do Plano BD se deve a mudança de base referente ao fluxo de pagamentos de benefícios do plano e aos títulos públicos atrelados ao IGP-M que apresentou dados mais baixos em relação a expectativa.
- ❖ **Imóveis²:** A variação da rentabilidade para o ano de 2023 ficou bem próxima em relação ao previsto para o período.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou ligeiramente menor do que a previsão para o ano de 2023, devido a uma inflação menor que a inflação prevista, impactando na parcela de empréstimo.
- ❖ **Fundo Investimento Participações:** A variação negativa no ano de 2023 é explicada pela desvalorização de ativos listados na B3; reavaliação de alguns ativos e a amortização no fundo, havendo distribuição de recursos. No entanto, de forma contábil, quando ocorre uma amortização, a cota do fundo reduz pois o PL do fundo reduz, além de chamada de capital para pagamento de despesas. A expectativa permanece positiva quanto a novas distribuições aos cotistas para 2024, visto que o fundo está no processo de desinvestimento.



¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



- ❖ **Outras:** A variação da rentabilidade foi maior do que o esperado, por conta da contabilização de contingência de investimentos referente ao Acordo Judicial vinculado aos processos movidos pela Eletros originalmente em face do Banco Econômico, substituído processualmente pelo Banco Bradesco S/A.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024.

B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 321,33 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi positivo em R\$ 3,36 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 10,63 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 17,03 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 0,06 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,59 milhão
Outras	Negativo em R\$ 2,51 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Positivo em R\$ 3,36 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da adequação da carteira ao Estudo ALM do plano que recomendou uma redução do percentual de Ações e Fundos de Investimento em ações, alterando a base de cálculo do patrimônio do segmento. A variação do IBrx conseguiu superar as estimativas de rentabilidade para o ano de 2023.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IPCA, que com o fechamento das taxas durante o ano de 2023 obtiveram uma ótima rentabilidade.
- ❖ **Imóveis³:** A variação da rentabilidade para o ano de 2023 ficou bem próxima em relação ao previsto para o período.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou ligeiramente menor do que a previsão para o ano de 2023, devido a uma inflação menor que a inflação prevista, impactando na parcela de empréstimo.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024



¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

³ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,72 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi positivo em R\$ 12,84 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 35,18 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 56,05 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 1,64 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,17 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 6,36 milhões
Outros	Negativo em R\$ 0,20 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Positivo em R\$ 12,84 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da mudança dos participantes de perfis de maior risco para perfis mais conservadores, alterando a base de cálculo do patrimônio do segmento. A variação do IBrx conseguiu superar as estimativas de rentabilidade para o ano de 2023.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IPCA, que com o fechamento das taxas durante o ano de 2023 obtiveram uma ótima rentabilidade.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu benchmark.
- ❖ **Imóveis⁴:** A variação da rentabilidade para o ano de 2023 ficou bem próxima em relação ao previsto para o período.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou ligeiramente menor do que a previsão para o ano de 2023, devido a uma inflação menor que a inflação prevista, impactando na parcela de empréstimo.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024



⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



C. ELETROBRAS CD I – Recursos garantidores de R\$ 640,7 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi negativo em R\$ 12,09 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 22,15 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 13,18 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,22 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,06 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 1,81 milhões
Outros	Negativo em R\$ 1,15 milhão
Total do plano ELETROBRÁS CD I	Negativo em R\$ 12,09 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da mudança dos participantes de perfis de maior risco para perfis mais conservadores, alterando a base de cálculo do patrimônio do segmento. A variação do IBrx conseguiu superar as estimativas de rentabilidade para o ano de 2023.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IPCA, que com o fechamento das taxas durante o ano de 2023 obtiveram uma ótima rentabilidade.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu benchmark.
- ❖ **Imóveis⁵:** A variação da rentabilidade para o ano de 2023 ficou bem próxima em relação ao previsto para o período.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou ligeiramente menor do que a previsão para o ano de 2023, devido a uma inflação menor que a inflação prevista, impactando na parcela de empréstimo.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024



⁵ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS e CD I participam da carteira total de Imóveis.



D. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 921 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi positivo em R\$ 6,07 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 19,40 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 29,42 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,30 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 3,32 milhões
Outras	Negativo em R\$ 0,33 milhão
Total do plano CV ONS	Positivo em R\$ 6,07 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da mudança dos participantes de perfis de maior risco para perfis mais conservadores, alterando a base de cálculo do patrimônio do segmento. A variação do IBrx conseguiu superar as estimativas de rentabilidade para o ano de 2023.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IPCA, que com o fechamento das taxas durante o ano de 2023 obtiveram uma ótima rentabilidade.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou ligeiramente menor do que a previsão para o ano de 2023, devido a uma inflação menor que a inflação prevista, impactando na parcela de empréstimo.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu benchmark.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024.

E. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 160 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi positivo em R\$ 0,64 milhão, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 3,28 milhões
Outras	Positivo em R\$ 3,92 milhão
Total do plano CV EPE	Positivo em R\$ 0,64 milhões

Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024.



Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações:** A diferença ocorreu em função da mudança dos participantes de perfis de maior risco para perfis mais conservadores, alterando a base de cálculo do patrimônio do segmento. A variação do IBrx conseguiu superar as estimativas de rentabilidade para o ano de 2023.

F. Plano de Gestão Administrativa - PGA – saldo de R\$ 112,26 milhões:

- ❖ A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2023 foi positivo em R\$ 0,19 milhão no período. A variação positiva ocorreu por conta da diminuição das taxas dos títulos indexados de renda fixa que compõem a parcela dos investimentos do PGA.
Fonte: MEMO DF/DFI 001/24, de 08/04/2024.

5. Custos com a Administração dos Investimentos

As despesas diretas de investimento fecharam em 2023 no montante de R\$ 17.693 mil, menor que os R\$ 26.027 mil referentes ao mesmo período de 2022. Em termos percentuais, o recuo foi de 32,03%. Essas despesas sofrem impactos diretos das variações patrimoniais que são resultantes da rentabilidade das carteiras e fundos na maior parte de sua composição. Pode ser destacado a redução de fundos nos segmentos de renda variável e de multimercado estruturado em função da avaliação dos gestores. Os recursos são direcionados para o segmento de renda fixa, cujas taxas são menores, até nova seleção de gestores.

É importante salientar que tal fato é justificável, na medida em que uma carteira administrada por terceiros ao superar seus benchmarks faz jus a uma remuneração por performance. Sendo assim, esse aumento de despesa traduz-se em maior retorno líquido aos planos da ELETROS e, por conseguinte, aos participantes e assistidos.



Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	128	60	32	36	-
Gestão	6.962	0	280	6.671	11
ADM	114	-	42	65	7
Custódia	414	202	130	82	-
Performance	4.866	-	-	4.866	-
DOC	0	-	-	-	-
CPMF	0	-	-	-	-
IOF	678	-	678	-	-
CVM	232	8	97	127	-
CETIP	562	219	187	154	2
CBLC	33	12	0	21	-
SELIC	93	52	35	6	-
BACEN	0	-	-	-	-
ANDIMA	3	-	-	-	3
ANBIMA	39	3	13	23	-
Taxa de Swap	0	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	76	0	4	72	-
Corretagem RV	3.057	434	-	2.623	-
Emolumentos RV	370	110	-	260	-
Cartório	1	-	-	1	-
Consultoria	1	-	-	1	-
Auditoria	52	-	15	37	-
Tx de Permanência	2	-	1	1	-
Outros	10	1	1	5	3
TOTAL	17.693	1.101	1.515	15.051	26

Fonte: Anexo XI - Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos 2023

6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes

De acordo com o Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Demonstrações Contábeis Intermediárias de 31 de dezembro de 2023, elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda e emitido em 27/03/2024, constam os seguintes registros sobre as Demonstrações Contábeis da Fundação auditadas pela auditoria externa:

- Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade e é ajustada por meio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, e em conformidade com a avaliação dos assessores jurídicos contratados pela Eletros, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos, conforme descrito abaixo:



- **Ativo Contingente:** é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. A Eletros utiliza os seguintes conceitos para os ativos contingentes:
 - Praticamente certo: não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizado o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a Eletros reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No presente exercício, não ocorreram ativos nessa categoria.
 - Provável: não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros. A Eletros apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente.
 - Possível e Remota: neste caso, o Instituto não reconhece e não divulga em Nota Explicativa, ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais, ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica do Instituto, respectivamente.

❖ **Ativo Contingente** – No exercício de 2023, não constam registros de Ativos Contingentes.

- **Passivo Contingente:** É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. De outra forma, o passivo contingente também pode ser definido como uma obrigação presente que resulta de eventos passados, porém não é reconhecido no balanço patrimonial pelos seguintes motivos:
 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para validar a obrigação; ou
 - O valor da obrigação não pode ser mensurado de forma suficientemente confiável.

❖ **Passivo Contingente** - Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 12.503 mil em dezembro de 2023 (R\$ 11.947 mil em dezembro de 2022) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

- **Provisão:** É um passivo de prazo ou valor incerto e deve ser reconhecida no balanço patrimonial (passivo) quando:
 - A Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;



- Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Eletros é parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 8 – Exigível Contingencial) e o critério de provisão é baseado na opinião dos advogados; na natureza das ações; na similaridade com outros processos; na complexidade e no posicionamento dos Tribunais.

Há reconhecimento contábil sempre que a perda processual for avaliada como provável, com estimativa de consequente saída de recursos para a liquidações das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, devendo apenas serem divulgados nas Notas Explicativas. Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

Exigível Contingencial

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda classificada pela assessoria jurídica da ELETROS como sendo provável e possível (obrigações legais) estão apresentadas nos quadros a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais registradas no balanço. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, civil e fiscal.

A Eletros é parte em diversos processos judiciais e administrativos e o critério de provisão é baseado na opinião dos advogados; na natureza das ações; na similaridade com outros processos; na complexidade e no posicionamento dos Tribunais.

Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela Gerência Jurídica e de Governança da ELETROS, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes e assistidos contra a ELETROS.

Houve variação nos valores contingenciados ao longo dos anos de 2023 e 2022 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos da ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos ou atualizados cálculos anteriores, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependente de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo juízo.



ER	7905
WS	7470
JL	5923
RT	31601



Relativo ao Plano BD ELETROBRAS complementando as alterações ocorridas e informadas no Relatório de Manifestação do CFE – 1º semestre de 2023, de acordo com MEMO-PRJ-002/24, de 08/04/2024, ocorreram as principais alterações ocorridas no segundo semestre:

- i. no âmbito do processo n. 0000531-64.2011.5.01.0029 foi solicitada a alteração do valor da contingência futura de R\$1.590.100,30 para R\$837.272,79, em razão da homologação dos cálculos do laudo pericial;
- ii. no âmbito do processo n. 0181195-27.2011.8.19.0001 foi realizado depósito na conta da Eletros no valor de R\$17.021,69, em razão do levantamento do depósito judicial;
- iii. no âmbito do processo n. 0069508-30.2020.8.19.0001 foi realizado pagamento de emolumentos no valor de R\$4.450,00, em razão dos honorários periciais rateados entre autor e réu;
- iv. no âmbito do processo n. 0125018-19.2006.8.19.0001 foi realizado pagamento de emolumentos no valor de R\$204,00, em razão das custas judiciais do contador;
- v. no âmbito do processo n. 0860604-17.2022.8.19.0001 foi realizado pagamento de emolumentos no valor de R\$120,51, em razão das custas judiciais pelo mandado de citação;
- vi. no âmbito do processo n. 0063769-72.2003.8.19.0001 foi realizado pagamento de emolumentos no valor de R\$12,73, em razão das custas judiciais para expedição de mandado de pagamento em favor da Eletros;
- vii. no âmbito do processo n. 0048951-23.2000.8.19.0001 foi realizado pagamento de emolumentos no valor de R\$414,68, em razão das custas judiciais para impugnação do cumprimento de sentença;
- viii. no âmbito do processo n. 0019100-20.2002.5.01.0065 foi realizado depósito judicial no valor de R\$ 2.214.500,93, em razão da homologação do laudo pericial, com o objetivo de garantia do juízo para interposição de Embargos de Execução. Tendo em vista o depósito judicial da garantia em juízo, houve a alteração de contingência futura de R\$ 2.214.500,93 para zero.
- ix. no âmbito do processo n. 0048951-23.2000.8.19.0001 foi realizado depósito judicial no valor de R\$ 28.118.184,03, em razão da intimação para cumprimento da execução.
- x. foi solicitada a inclusão de processo novo n. 0895907-58.2023.8.19.0001 com prognóstico de perda provável e contingência futura no valor de R\$ 89.605,29. Trata-se de objeto referente a equiparação de benefícios entre homens e mulheres;
- xi. no âmbito do processo n. 0227297-24.2022.8.19.0001 foi solicitada a alteração do valor da contingência futura de R\$ 38.731,35 para R\$ 45.694,37, em razão da atualização do valor da contingência até agosto de 2023;



- xii. no âmbito do processo n. 0374580-08.2009.8.19.0001 foi realizado o pagamento da condenação no valor de R\$164.797,74, em razão dos cálculos homologados pelo juízo. Considerando o pagamento, o valor da contingência futura foi alterado de R\$299.288,38 para zero.

A PRJ - Gerência Jurídica da Eletros ressalva que o valor final contabilizado de realizado envolve uma série de fatores, tais como emolumentos, pagamentos e valores recebidos no mês e que a metodologia utilizada e valores efetivamente contabilizados devem ser obtidos junto à DFC.

Adicionalmente, consta do referido Relatório Gerencial da PRJ que, em relação ao CD PURO ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PARCELA BPDS, CV ONS, CV EPE e CD I, conforme Demonstrações de Resultados enviadas pela Gerência de Controladoria – DFC, não foram registradas contingências pertinentes à área jurídica – PRJ no exercício de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	42.133	35.547
Aposentadorias	28.170	97
Processos trabalhistas	2.885	671
Provisão de Processos ¹	11.078	34.779

¹ Provisão dos planos BD Eletrobras no montante de R\$ 10.053 mil e CD Eletrobrás R\$ 1.025 mil.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	31/12/2023	31/12/2022
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	32.418	897
Aposentadorias ¹	28.215	97
Processos trabalhistas	4.203	800
(-) Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	(42.133)	(35.547)
Aposentadorias ¹	(28.170)	(97)
Processos trabalhistas	(2.885)	(671)
Provisão de Processos	(11.078)	(34.779)
(=) Saldo²	(9.715)	(34.650)

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Previdencial (vide nota 6.1); e

² Provável desembolso futuro.

¹ O crescimento observado acima, tanto nos depósitos quanto no exigível, refere-se, basicamente, a alteração do prognóstico de perda de um determinado processo judicial e ao cumprimento de sentença para realizar o pagamento do valor controverso, que ficará à disposição do Juízo até o trânsito em julgado da decisão a ser proferida na impugnação dos cálculos.

Fonte: Relatório do Auditor Independente, de 27 de março de 2024

Gestão Administrativa

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).



O escritório jurídico que assessora a ELETROS classifica estes processos decorrentes de obrigações legais como prognóstico de perda possível, porém a Entidade realiza a provisão conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Processos com chance de perda possível é opcional mensurar a provisão, ficando a critério da governança da EFPC determinar o registro da provisão quando julgar que o risco de tal situação for de maior preponderância a se tornar provável, aplicando-se o exercício da prudência conforme NBC TG Estrutura Conceitual.

Relativo à rubrica “Constituição/Reversão de Contingências Adm.” da Demonstração de Resultado da Gestão Administrativa, o Memorando MEMO- PR/PRJ-002/24, de 08/04/2024, da PRJ – Gerência Jurídica informa que até o final de 2020 havia uma segregação entre a rubrica “PIS E COFINS”, cujo Previsto e Realizado eram preenchidos pela DFC, e a rubrica “OUTRAS CONTINGÊNCIAS” de responsabilidade da PRJ. Todavia, a partir de janeiro de 2021 as mencionadas rubricas foram unificadas, passando à nomenclatura única de “Constituição/Reversão de Contingências Adm.”.

Os demais valores constantes do Realizado do Resultado da Gestão Administrativa decorrem de lançamentos de responsabilidade da área contábil - DFC, referentes aos valores provisionados e posteriormente depositados em juízo de PIS e de COFINS, sendo que à medida que a variação das receitas administrativas é superior ao orçado no período, a base de cálculo aumenta e conseqüentemente ocorre o acréscimo nos valores devidos de PIS e de COFINS, o que justifica a variação orçamentária entre Previsto e Realizado.

Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	31/12/2023	31/12/2022
	31.484	29.679
Reclamações Trabalhistas	12	12
PIS ¹	4.980	4.727
COFINS ¹	25.914	24.357
RET	578	578
Provisão Processos	-	5

¹ Processos decorrentes de obrigações legais com prognóstico de perda possível.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:



	31/12/2023	31/12/2022
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	31.538	30.200
Reclamações trabalhistas	12	12
PIS	4.980	4.727
COFINS	25.968	24.411
Depósitos judiciais/recursais a recuperar	-	472
RET	578	578
(-) Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	(31.484)	(29.679)
Reclamações Trabalhistas	(12)	(12)
PIS	(4.980)	(4.727)
COFINS	(25.914)	(24.357)
RET	(578)	(578)
Provisão Processos	-	(5)
(=) Saldo²	54	520

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Administrativa (vide nota 6.2); e

² Depósitos judiciais/recursais a recuperar.

Fonte: Relatório do Auditor Independente, de 27 de março de 2024

Ainda de acordo com as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023, em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento dos Recursos Extraordinários 949.297 e 955.227 (Teses de Repercussão Geral nº 881 e 885), que discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o STF toma posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado. Ficou definido, por unanimidade, que decisão colegiada do STF que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de tributos em Repercussão Geral ou ADI cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do STF. Neste sentido, consta das Demonstrações Contábeis que é parte integrante do Relatório do auditor independente, que os relatórios processuais da ELETROS foram analisados pelo Jurídico e, a priori, não foram identificadas ações que possam ser impactadas pelo desfecho dos Temas de Repercussão Geral n.º 881 e 885, recém julgados pelo STF. Considerando a possibilidade de eventual modulação ou ainda mudanças legislativas visando pacificar o cenário controverso atual, a ELETROS acompanhará este tema e fará a reavaliação destes pontos caso surja algum fato novo.

A ELETROS possui os processos abaixo em curso sobre o tema:

1 - Processo n. 0000594-93.2010.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a Eletros pretende a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do PIS e da COFINS, nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. Em 1ª instância houve procedência do pedido da Eletros, todavia a apelação da União foi provida, declarando que a autora continua obrigada ao recolhimento da contribuição ao PIS e à COFINS, nos moldes do artigo 3º, parágrafos 5º e 6º, da Lei 9.718/98. A Eletros interpôs Recurso Extraordinário e o processo está sobrestado, aguardando o julgamento pelo STF de leading case (Tema 372 - RE 609.096-RG), após o qual os autos retornarão à origem, para nova apreciação do recurso.

2 - Processo n. 0125259-11.2015.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a Eletros pretende o reconhecimento do direito líquido e certo de a Entidade não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas de sua



atividade fim, nos moldes que determina a Lei nº 12.973/2014. O pedido foi julgado improcedente em 1ª instância, com confirmação em apelação. Neste contexto, a Eletros interpôs Recurso Especial que foi recebido pelo STJ em 13/04/2023 e encontra-se concluso para decisão ao Ministro Relator, desde 14/11/2023.

Investimentos

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e ao Regime Especial de Tributação (RET).

Exigível Contingencial – Investimentos	31/12/2023	31/12/2022
Operações com Participantes	438	398
Provisão de Processos ²	1	1
	437	397

¹ Processos decorrentes de obrigações legais com prognóstico de perda possível; e

² Provisão exclusiva do plano BD Eletrobras.

Fonte: Relatório do Auditor Independente, de 27 de março de 2024

Como conclusão do acompanhamento realizado pelo Conselho Fiscal da Eletros sobre a evolução das Contingências; em observância as Notas Explicativas 3.2 Estimativas contábeis, 3.6 – Provisões para perdas, 3.8 – Depósitos Judiciais, 3.10 – Ativos e passivos contingentes, 8 - Exigível Contingencial e 9 – Passivos Contingentes parte integrante do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, auditado pela BDO RCS Auditores Independentes emitido em 27/03/2024 e no MEMO-PR/PRJ-002/23, de 08/04/2024; e nas verificações do tratamento realizado pela Fundação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes, o Conselho Fiscal RECOMENDA que:

1. O Conselho Deliberativo defina na Política Contábil, conforme determina a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, critérios consistentes e verificáveis contemplando as características da gestão de riscos e do tratamento das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e,
2. A Diretoria Executiva envide esforços para implantação de metodologia e práticas que atendam os critérios a serem definidos em política de forma que, o valor estimado das saídas de recursos que serão necessárias para liquidar as obrigações sejam realizadas com base na melhor estimativa disponível na data do balanço e,
3. A Diretoria Executiva envide esforços para implantação de metodologia e práticas para que os depósitos judiciais sejam contabilizados pelo valor atualizado, considerando os rendimentos financeiros e as atualizações monetárias pertinentes, conforme determina a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.



7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal além de emitir parecer sobre os testes de aderência das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, atua na busca de evidências da aderência das mesmas para os Planos BD, CDs e CVs, administrados pela Eletros.

As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os Planos administrados pela Eletros.

Planos CV ONS e CD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2023
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	5,20% a.a.

Planos EPE

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2023
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Taxa real de juros	5,01% a.a.

Planos CD I e CD Eletros Multi

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2023
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Taxa real de juros	5,01% a.a.



Plano BD Eletrobras

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2023
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	1,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	5,20% a.a.

Fonte: MEMO-DB/DBA – 002/2024, de 18 de março de 2024

De acordo com os documentos técnicos, o CFE informa que a tábua “BR-EMSSb-v2015 M&F” também foi aceita nos testes estatísticos para o Plano BD Eletrobrás. A população do BD possui média de idade elevada. Especificamente para este Plano, as mortes nesta população foram maiores na pandemia e levaram o ajuste próximo a tábua AT-2000 M&F suavizada em 10%. Ambas as tábuas AT-2000 M&F suavizada em 10% e “BR-EMSSb-v2015 M&F” são aceitas estatisticamente, sendo esta última, uma opção mais conservadora alinhada ao apetite à risco do Conselho Deliberativo da Eletros.

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013, 2015 e 2021) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601

Empregados ativos	mar/24	abr/24	
Contribuição Normal média	13,47%	13,47%	
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	0,00%	Prazos (em dez/23)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	4,03%	3,21%	11 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	4,13%	3,32%	13 anos e 1 mês
Total	21,63%	20,00%	
Aposentados	mar/24	abr/24	
Contribuição Normal média	7,73%	7,73%	Prazos (em dez/23)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,25%	2,34%	10 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	13,74%	14,29%	10 anos e 8 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	7,78%	8,01%	11 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	5,41%	5,71%	13 anos e 1 mês
Total	36,91%	38,08%	
Pensionistas e optantes pelo BPDs	mar/24	abr/24	Prazos (em dez/23)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	7,78%	8,01%	11 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	5,41%	5,71%	13 anos e 1 mês
Total	13,19%	13,72%	

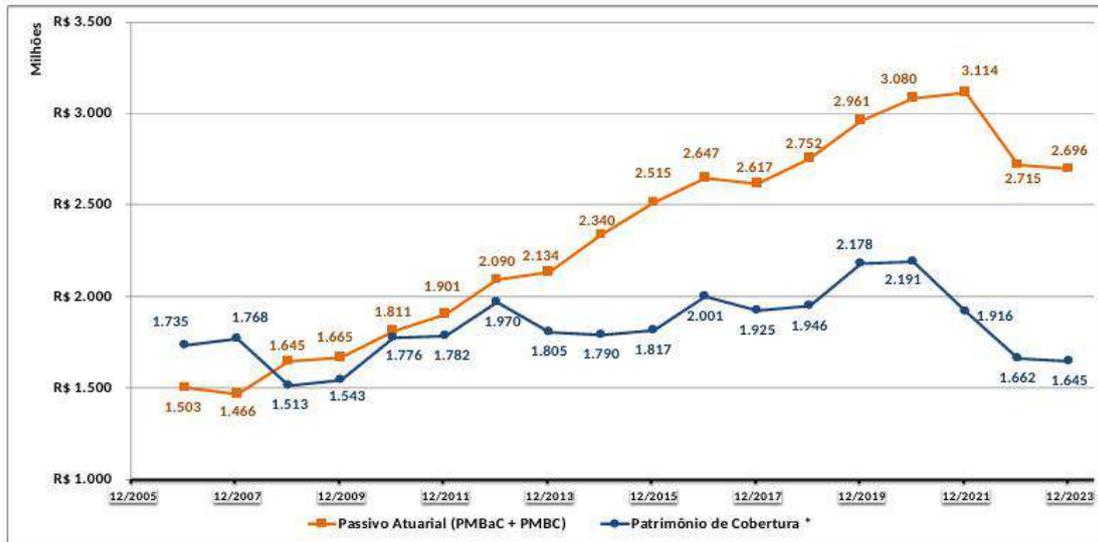
Fonte: MEMO-DB/DBA – 002/2024, de 18 de março de 2024



a. Plano BD ELETROBRÁS – Evolução do Patrimônio de Cobertura X Passivo Atuarial até 31/12/2023 (em R\$ milhões)

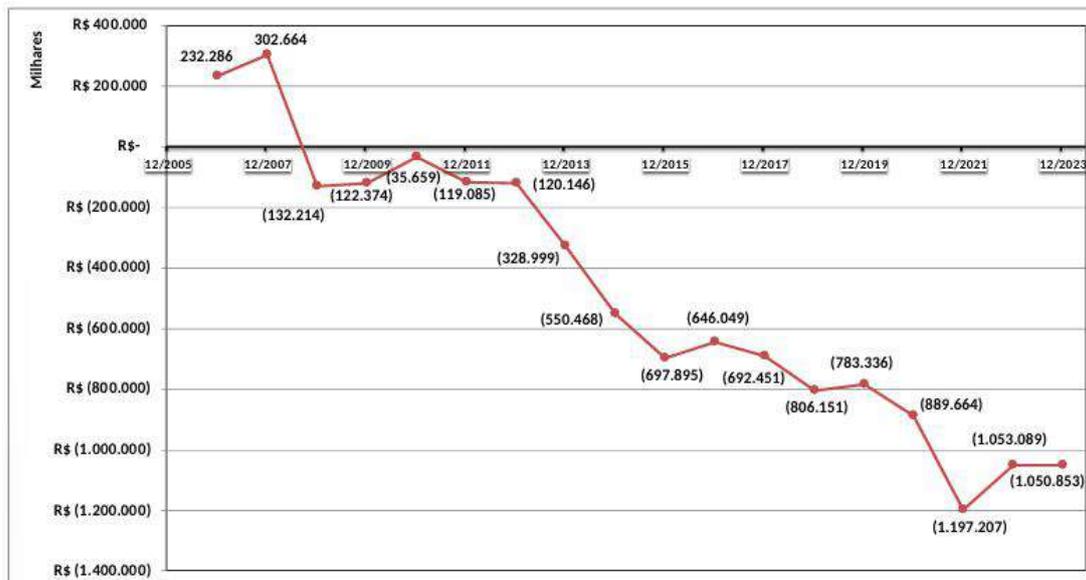
O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013, 2015 e 2021) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/Benefícios.

PMBaC = Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder
PMBC = Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos



*Líquido das Operações contratadas e das contribuições em atraso

Plano BD ELETROBRÁS – Histórico dos Déficits – Excesso / (Insuficiência) até 31/12/2023 (em R\$ milhares)



Excesso / (Insuficiência) = Patrimônio de Cobertura do Plano - Passivo Atuarial

Fonte: MEMO-DB/DBA - 002/2024, de 18 de março de 2024

ER 7905
 WS 7470
 JL 5923
 RT 31601



b. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados os percentuais de grau de maturidade e os graus de solvência bruto e líquido posicionados em 31/12/2023.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRAS	99,55%	61,02%	95,47%
CD ELETROBRÁS	64,72%	99,04%	98,39%
CV ONS	34,06%	101,52%	100,00%
EPE	8,12%	104,34%	100,00%
CD I	72,02%	100,41%	100,00%

Fonte: MEMO-DB/DBA – 002/2024, de 18 de março de 2024

c. Empréstimos Especial Vesting – Plano BD Eletrobrás

Em 31/12/2023, verifica-se a seguinte situação:

- ❖ 17 contratos ativos, atualizados mensalmente pela taxa de juros do empréstimo financeiro, acrescido da variação do INPC do IBGE;
- ❖ Descontos destinados à amortização que variam de 13,53% a 35,16% do valor bruto do benefício BD;
- ❖ Soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais Vesting = R\$ 13.225.508,99;
- ❖ Fundo Garantidor de Empréstimos - FGE do Plano BD Eletrobrás = R\$ 12.312.534,08.

8. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

A fiscalização da execução orçamentária é uma atividade importante para garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos financeiros de uma Entidade. A fiscalização da execução orçamentária pelo Conselho Fiscal deve verificar: (i) se os atos que resultam em receita e despesa estão em conformidade com as normativas legais e internas; (ii) se o programa de trabalho está sendo cumprido em termos monetários e em termos de realização dos objetivos institucionais; (iii) se os registros contábeis são precisos e atualizados; e (iv) se a instituição está fornecendo adequada transparência das operações financeiras realizadas.

Neste sentido, o Conselho Fiscal acompanhou mensalmente o controle da execução orçamentária, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período.

Com relação à execução orçamentária foram verificadas variações entre o previsto e o realizado, conforme justificativas a seguir, complementarmente às verificadas no Relatório do primeiro semestre:



a. Provisões Atuariais

Consta do Memorando DB/DBA-001/2024, de 18 de março de 2024, as justificativas, referentes ao 2º semestre de 2023, com relação às divergências referentes a Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás ("CD Puro" e BPDS), EPE, CV ONS e CD I:

- **Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas**

- ♦ **Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás:**

Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2022), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2023 teoricamente (desde julho de 2022), considerando a inflação projetada para o ano de 2023 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2023 era de 5,01%, ou seja, cerca de 0,41% ao mês).

Foi destacado pela área que, as provisões matemáticas da Parcela BDPS do Plano CD Eletrobrás são recalculadas mensalmente utilizando a variação do INPC com 1 mês de defasagem, enquanto as provisões matemáticas do Plano BD Eletrobrás são apuradas mensalmente de forma teórica por meio de planilha disponibilizada pela Consultoria Actuarial responsável pelo Plano, Willis Towers Watson Consultoria Ltda (WTW).

	Plano	BD Eletrobrás	BPDS
A	(-) Variação prevista	-R\$ 37.603.946	R\$ 11.712.769
B	(-) Variação realizada	-R\$ <u>121.837.417</u>	R\$ 44.552.384
C = B - A	Diferença a justificar	-R\$ 84.233.470	R\$ 32.839.614
Impacto em função de:			
D	INPC realizado > INPC esperado	R\$ 33.344.581	R\$ 5.021.640
E	Acréscimo nas Operações Contratadas por decorrência da assinatura dos Termos de Compromisso dos PED's de 2021	R\$ 25.290.616	R\$ 33.255.163
F	Ajuste da conta "Contribuições em Atraso" (contabilizada no Ativo do plano até 30/11/2023) para "Provisões Matemáticas à Constituir: Contribuições não arrecadadas" (contabilizada no Passivo do plano a partir de 31/12/2023)	-R\$ <u>137.139.744</u>	R\$ -
G = C - D - E - F	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	-R\$ 5.728.923	-R\$ 5.437.189

Fonte: MEMO - DB/DBA-001/2024, de 18/03/2024

A seguir, estão apresentadas as justificativas para a variação da conta "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás no período de janeiro a dezembro de 2023:

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



Os “Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período” foram justificadas pelos Patrimônios de Cobertura dos Planos BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás serem, em 31/12/2023, R\$ 1,8 bilhão e R\$ 0,35 bilhão, respectivamente.

♦ **Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais das Parcelas CV e Renda Vitalícia:**

A variação das Provisões Atuariais das Parcelas CV’s foram estimadas, à época do orçamento, pela Gerências Atuarial e de Investimentos da Eletros considerando a rentabilidade projetada para o ano de 2023.

As variações das contas “Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas” foram justificadas considerando as rentabilidades acumuladas de janeiro a dezembro de 2023 para os Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

▪ **Superávit / Déficit do período**

Considerando que as rentabilidades da Parcela Renda Vitalícia dos Planos CV ONS e CD Eletrobrás ficaram acima do esperado para o período de janeiro a dezembro de 2023, inicialmente, foi apurado equilíbrio técnico ajustado positivo na Parcela Renda Vitalícia dos referidos planos em 31/12/2023.

No entanto, em razão dos PED’s em vigor e em consonância com a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, os valores foram integralmente revertidos com objetivo de reduzir os custeios extraordinários vigentes.

▪ **Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais**

Referem-se às oscilações nos fundos previdenciais em razão dos créditos referentes às sobras de resgates, às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis e dos débitos relativos às transferências do fundo de riscos para as contas individuais dos participantes em decorrência das concessões de benefícios não programáveis, bem como custo mensal da apólice de seguro contratada, se cabível.

Ressaltamos que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos benefícios de risco.



A seguir são apresentadas as justificativas para a variação das contas "Constituição / Reversão de Fundos" no período de janeiro a dezembro de 2023:

Plano:	CD Eletrobrás	CV ONS	EPE	CD I
Fundos Previdenciais em dez/22	R\$ 38.593.837	R\$ 11.008.877	R\$ 5.508.539	R\$ 2.165.481
Fundos Previdenciais em dez/23	R\$ 46.991.633	R\$ 13.709.088	R\$ 6.657.067	R\$ 2.554.948
(-) Variação prevista	R\$ 1.449.372	R\$ 1.142.543	R\$ 425.970	R\$ 256.713
(-) Variação realizada	R\$ 8.397.796	R\$ 2.700.211	R\$ 1.148.528	R\$ 389.467

Fonte: MEMO - DB/DBA-001/2024, de 18/03/2024

A "Variação realizada" dos Fundos Previdenciais dos Planos foram justificadas considerando que a rentabilidade observada no período ficou acima do esperado para todos os Planos.

Vale destacar que no ano de 2023 não houve nenhum pagamento de Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez, Crédito Adicional por Morte ou Crédito Adicional por Invalidez. Fato este que contribuiu para o crescimento dos Fundos Previdenciais dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

b. Receitas e Despesas Previdenciárias

Consta do Memorando DBR 001/2024, de 05 de abril de 2024, as justificativas, referentes ao 2º semestre de 2023, com relação as variações (previsto x realizado) das Provisões das Receitas e Despesas Previdenciárias.

I - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BD ELETROBRÁS

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Na época da elaboração das previsões orçamentárias restavam 15 participantes com contribuições patronais ao Plano. No entanto, ao final de 2022 e ao longo do ano de 2023, esses participantes foram desligados de suas patrocinadoras, restando ao final de 2023 apenas 6 participantes.

- **Contribuição Extra da Patrocinadora:** Principal variação decorrente da ausência de previsão para a contribuição extra IV referente ao déficit 2021 no momento da elaboração do orçamento 2023.

- **Contribuições do Participante:** Na época da elaboração das previsões orçamentárias restavam 15 participantes. No entanto, ao final de 2022 e ao longo do ano de 2023, esses participantes foram desligados de suas patrocinadoras, restando ao final de 2023 apenas 6 participantes.

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



- **Contribuição Extra do Participante:** Na época da elaboração das previsões orçamentárias restavam 15 participantes. No entanto, ao final de 2022 e ao longo do ano de 2023, esses participantes foram desligados de suas patrocinadoras, restando ao final de 2023 apenas 6 participantes.

- **Contribuição Extra dos Assistidos:** Principal variação decorrente da ausência de previsão para a contribuição extra IV referente ao déficit 2021 no momento da elaboração do orçamento 2023.

II - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – Plano BPDS

RECEITAS

- **Contribuições Extra da Patrocinadora, Participantes e Assistidos:** Variação decorrente da implantação do custeio para equacionamento do déficit de 2021, não considerado à época da previsão orçamentária 2023.

III - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD ELETROBRÁS

RECEITAS

- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Variação decorrente do número de aposentadorias ao longo de 2023 (54 concessões de aposentadoria), muito superior a quantidade estimada, além de 11 pedidos de saque de 25% da reserva matemática no momento da concessão.

IV - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV EPE

RECEITAS

- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).



V - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD I

RECEITAS

- **Contribuições Normais da Patrocinadora e Participantes:** Variação decorrente da transferência de empregados de outras empresas do grupo Eletrobrás para a holding, acarretando no aumento do número de participantes no plano acima do estimado no momento da previsão orçamentária de 2023.

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Variação decorrente do número de pedidos de saque de 25% da reserva matemática acima do estimado no momento da previsão orçamentária de 2023 (33 pedidos de saque).

VI - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV ONS

RECEITAS

- **Contribuição da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do pagamento de contribuições voluntárias da patrocinadora como incentivo aos desligamentos realizados principalmente em dezembro/2023.

c. Gestão Administrativa – PGA

Consta do Memorando MEMO-DF/DFC-006/24, de 10 de abril de 2024, as justificativas do acompanhamento e controle da execução orçamentária da Gestão Administrativa (plano de gestão administrativa – PGA) e os indicadores de gestão em complemento ao material apresentado nas reuniões periódicas CFE e que constam nas respectivas atas.

As principais variações apresentadas foram:

- Taxa de administração: em (Jan a Dez) o realizado da taxa de administração, percentual incidente sobre os recursos garantidores dos planos de benefícios, foi inferior ao previsto devido a rentabilidade dos ativos considerada quando da previsão orçamentária. Variação negativa no período de R\$ 2.087 mil;
- Outras Receitas: em (Jan a Dez) recebimento de Prêmio de Preferência Bancária no valor de R\$ 1 milhão. Adicionalmente, em abril, foi registrado o valor de R\$ 419 mil ressarcido pela Eletrobras, em função de sinistro ocorrido em 2020.
- Resultado Líquido dos investimentos: em (Jan a Dez) o resultado foi positivo R\$ 16.146 mil, inferior em R\$ 185 mil a previsão para o período, em decorrência do cenário econômico.
- Despesas Comuns / Pessoal e Encargos: em (Jan a Jun) o realizado foi inferior ao previsto, influenciado pela saída de funcionário, reduzindo com isso a folha de empregados, além da própria estimativa orçamentária. Em (Julho) o realizado foi superior, influenciado basicamente pelo acordo

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



coletivo, abono e rescisão ocorrida no mês. Em (Agosto) o realizado foi superior ao previsto no valor de R\$ 422 mil devido a rescisão, o que foi revertido em Set, devido a previsão orçamentária nesse mesmo mês. Em (Out a Dez) o realizado foi superior ao previsto em decorrência de rescisões e férias. No exercício a variação entre orçado x realizado foi de apenas R\$ 55 mil.

- Despesas Comuns / Serviços de Terceiros: em (Jan a Dez) o realizado foi inferior ao previsto, influenciado, basicamente, pelos projetos ainda não realizados referentes PDTI (planejamento estratégico), sendo que em alguns meses os projetos foram realizados, fazendo com que no mês tivesse uma realização maior. No acumulado a realização está menor em relação ao orçado no valor de R\$ 1.253 mil.

- Constituição/Reversão de Contingências Administrativas: a variação apresentada no exercício de 2023 leva em consideração aumento /redução da base de cálculo (receitas administrativas) do PIS e COFINS, tendo como principal variável o resultado da rentabilidade dos investimentos. No acumulado a realização está menor em relação ao orçado no valor de R\$ 35 mil.

Cabe destacar que para acompanhamento da gestão administrativa foram estabelecidos indicadores no capítulo VIII, Art. 19 do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, conforme a seguir:

- I. Despesas Administrativas em relação ao total de participantes
- II. Despesas Administrativas em relação aos recursos garantidores;
- III. Despesas Administrativas em relação ao Ativo total;
- IV. Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação aos recursos garantidores;
- V. Custeio Administrativo em relação aos recursos garantidores;
- VI. Receita Administrativa em relação às despesas administrativas;
- VII. Despesas administrativas em relação ao fundo administrativo; e
- VIII. Constituição/Reversão do fundo administrativo.

A tabela a seguir apresenta as variações entre o previsto e o realizado dos indicadores de gestão referentes ao exercício de 2023:





Indicador	Descrição	Interpretação	Consolidado ou Plano	dezembro/2023		
				Previsto	Realizado	Varição
Despesas Administrativas em relação ao Número de Participantes	I. Despesas Administrativas / Número de participantes	Demonstra o valor médio em Reais da Despesa Administrativa por participante.	Consolidado	R\$ 6.543,02	R\$ 6.190,49	-5,3878%
Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores	II. Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.	Consolidado	0,5780%	0,5855%	1,3032%
Despesas Administrativas em relação ao Ativo Total	III. Despesas Administrativas / Ativo Total	Demonstra o percentual do Ativo Total que está sendo utilizado para cobertura das Despesas Administrativas.	Consolidado	0,5664%	0,5544%	-2,1194%
Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos em relação aos Recursos Garantidores	IV. Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas com pessoal e encargos.	Consolidado	0,3657%	0,3925%	7,3329%
Limite da Taxa de Administração Exclusiva para planos de benefícios patrocinados por entes regidos pela Lei Complementar nº 108/2001	V. Custeio Administrativo / Recursos Garantidores	Quanto maior o percentual, mais próximo a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.	Plano BD Eletrobrás	0,3869%	0,3905%	0,9320%
			Plano CD Eletrobrás	0,3766%	0,3718%	-1,3794%
			Plano Eletrobrás CD I	0,3822%	0,3803%	-0,5115%
			Plano EPE	0,3671%	0,3598%	-2,0460%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	VII. Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.	Consolidado	117,9263%	116,6723%	-1,0634%
Despesas Administrativas em relação ao Fundo Administrativo	VIII. Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do fundo administrativo.	Consolidado	28,1668%	27,1904%	-3,8666%
Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	IX. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo / Fundo Administrativo do exercício anterior	Quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.	Consolidado	3,6053%	3,1811%	-11,7671%

¹ Até um por cento em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário, no último dia do exercício de referência (IN PREVIC nº 48/2021, art. 5º, inciso I)

² Até nove por cento em relação ao somatório das contribuições e dos benefícios de caráter previdenciário (fundo previdenciário), no exercício de referência (IN PREVIC nº 48/2021, art. 5º, inciso II)

Fonte: MEMO-DF/DFC-006/24, DE 10/04/2024

Por consequência da atividade de fiscalização da execução orçamentária foram realizadas recomendações ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva da Eletros registradas em atas e no Relatório de Controles Internos do CFE manifestado no 1º semestre de 2023. Adicionalmente, as recomendações estão consolidadas em item específico deste Relatório.

9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos dirigentes aprovarem e reverem, de forma periódica, a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento e com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade deve buscar identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiro.

O Conselho Fiscal, nas suas reuniões ordinárias, conta com apresentações realizadas pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (PRG), Compliance (PRI) e Auditoria Interna (AUD), tomando conhecimento das iniciativas desenvolvidas pelas áreas e tem apresentado sugestões de melhorias.



A. Gestão de Riscos

À luz da CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, e a referida CGPC instrui ainda que os riscos devem ser identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto nos objetivos e metas traçados pela Entidade.

De acordo com o Relatório Gerencial/PRG - 001/24, de 06/05/2024, a gerência de Riscos - PRG reportou que ao longo do exercício de 2023, o processo de gestão de riscos da Eletros vem passando por um processo de amadurecimento onde a plataforma do SoftExpert foi preparada e os dicionários de riscos revisados, bem como controles. Adicionalmente, foram realizados treinamentos com pontos focais indicados pelas áreas e cadastrados riscos indicados por cada área da Eletros. O referido Relatório da PRG informa ainda que, as matrizes de riscos por diretoria foram concluídas.

Entretanto, cabe destacar que embora demandado, o Conselho Fiscal não recebeu as matrizes de riscos da Fundação e, tampouco Relatórios Gerenciais que permitam, ao CFE, verificar os Riscos que efetivamente estão sendo gerenciados pela Fundação.

Considerando as práticas implementadas pela PRG para gestão por diretoria dos riscos, o Relatório Gerencial da PRG, reporta que para a Diretoria de Benefícios, a empresa de auditoria de qualidade que visa à certificação da ISO 9.001:2015 avalia, no item 6.1 da Norma, as ações para abordar Riscos e Oportunidades e neste contexto informa que a ABNT registrou, **considerando a amostra selecionada**, "que foi evidenciada a identificação dos riscos com o objetivo de alcançar os resultados pretendidos, aumentar efeitos desejáveis, prevenir ou reduzir os efeitos indesejáveis, bem como alcançar melhorias nas realizações das RAPs com periodicidade semestral".

Assim, relativo à perspectiva de Riscos da Diretoria de Benefícios, destaca-se que os Objetivos de Qualidade são abordados no item B.1.1 deste Relatório de Manifestação do CFE, onde é possível observar a continuidade das práticas.

Relativo à Diretoria Financeira, Presidência, Auditoria Interna e Secretaria de Governança, o Relatório Gerencial PRG-001/24 informa que a PRG, ao longo de 2023, atuou no mapeamento dos processos das áreas das referidas Diretorias, observando a integração com as demais áreas da Eletros e que podem ser evidenciadas através dos fluxogramas de processos disponíveis na plataforma do SoftExpert.

Entretanto, cabe destacar que o Conselho Fiscal da Eletros não possui acesso ao sistema SoftExpert e tampouco recebeu evidências que permitam verificar os riscos que estão sendo gerenciados e os controles mapeados.

- Diretoria Financeira

De acordo com o Relatório Gerencial da PRG, foi informado o gerenciamento do Risco de Não atendimento aos prazos para cumprimento de obrigações legais. Tal Risco pode acarretar perda



financeira para a Fundação. No Relatório Gerencial da PRG e nas reuniões do CFE foi verificado a materialização do risco em 2023. Importante salientar que para este risco foram definidos planos de ação para criação de controles, sendo informado que parte das ações foram implementadas.

- Presidência, Auditoria Interna e Secretaria de Governança

O Relatório Gerencial da PRG, informa o gerenciamento do Risco de recebimento ou oferecimento de vantagens ilícitas. Tal Risco pode acarretar perda financeira e em função disso foram destacadas as 2 (duas) ações definidas para minimizar o referido Risco.

Adicionalmente, o CFE observou a continuidade das práticas para a gestão dos riscos de investimentos, por meio dos relatórios apresentados. Tais práticas permitem à Administração da Eletros acompanhar, por meio de indicadores, os riscos de crédito; liquidez; mercado; legal (aderência à política de investimento; aderência à resolução CMN 4.661; aderência das rentabilidades e aderência ao regulamento de gestão interna e externa). O CFE observou, ainda, por meio dos relatórios de autonomia, a continuidade da prática de gestão de riscos de investimentos no âmbito do controle e monitoramento das alçadas de decisão, de cada instância, para aprovação da aplicação dos recursos dos planos da Entidade.

A partir das avaliações do CFE relativas à Gestão dos Riscos foram exaradas recomendações que constam do item específico deste relatório.

B. Controles Internos

❖ Diretoria de Benefícios - DB:

De acordo com o Relatório Gerencial PRG-001/24, o segundo semestre de 2023 foi marcada pela segunda auditoria de manutenção da certificação ISO 9.001:2015 que garantiu à Eletros a manutenção da referida certificação.

Ao longo da auditoria, realizada pela certificadora ABNT, foi verificada a eficácia do sistema de gestão de qualidade como um todo, através de evidências providenciadas através de Reuniões de Acompanhamento de Processos – RAPs, de Reuniões de Análise Crítica – RAC (realizadas em conjunto com a Diretoria Executiva da Eletros) e do relatório de auditoria interna de qualidade promovida por empresa externa, sendo esta etapa, precedente à auditoria de certificação.

Neste cenário, foram reportadas as seguintes ações concluídas na esfera da Diretoria de Benefícios – DB ao longo de 2023:

- a. Execução trimestral das Reuniões de Acompanhamento de Processos – RAP, que avaliam o desempenho dos processos da DB de forma individual, verificando: indicadores; estabelecendo planos de ação; a aderência da análise de riscos das legislações aplicáveis e, possíveis propostas de mudança;
- b. Execução trimestral das Reuniões de Análise Crítica – RAC que avaliam o desempenho dos processos do escopo definido em nível mais tático e estratégico;



- c. Realização da auditoria interna de SGQ visando avaliar a eficácia e conformidade do sistema de gestão;
- d. Realização da Auditoria Externa de Manutenção do certificado do SGQ pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

As questões relacionadas à certificação ISO 9001:2015 referente aos Objetivos de Qualidade da DB estão registrados no item B 1.1, deste Relatório de Manifestação do CFE.

❖ **Diretoria Financeira**

De acordo com o Relatório Gerencial da PRG-001/24, 23 processos foram mapeados, onde 10 deles tiveram seus riscos identificados com grau de severidade Moderada. Entretanto, não foram apresentados ao CFE os controles internos identificados e avaliados.

❖ **Presidência**

No 1º semestre de 2023, o Relatório da PRG informou que após a execução das etapas para a implementação do SGQ na Diretoria Financeira, foi apurada a Matriz de Riscos da PR que contemplou as gerências PRA – Gerência Administrativa, PRC – Gerência de Comunicação Institucional e Marketing, PRG – Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos, PRJ – Gerência Jurídica e PRT – Gerência de Tecnologia da Informação; a AUD – Auditoria Interna e a SEG – Secretária de Governança do Conselho Deliberativo.

O Relatório Gerencial PRG-001/24 informa, no âmbito da PR, que a PRG atuou na revisão dos processos: (i) Aquisição de Bens e Serviços; (ii) Monitoramento de vigência de contratos; (iii) Renovação e rescisão de contrato de locação; e (iv) Movimentação primária, secundária e cálculo da cota. Entretanto, não foram informados os Riscos que estão sendo gerenciados e, tampouco os controles internos que minimizam os riscos.

Relativo aos Riscos e Controles Internos associados aos processos das Diretorias não foram apresentados para o Conselho Fiscal da Eletros, inclusive nas apresentações da área nas reuniões do CFE, Relatórios e informações precisas e completas que permitam ao colegiado verificar os Riscos e os Controles Internos que foram identificados nos processos de negócio e, os Planos de Ação para tratamento dos riscos identificados.

B.1. Certificação NBR ISO 9.001:2015

De acordo com o Relatório da Gerência de Riscos e Controles Internos – PRG, no segundo semestre de 2023 ocorreu a Auditoria Externa de manutenção da Certificação ISO 9.001:2015 concedida pela ABNT, para o alcance dos Objetivos da Qualidade¹ citados a seguir, derivados dos processos de Adesão e Cadastro, Arrecadação e Reserva, Concessão de Benefícios, Processamento da Folha, Gestão do Passivo Atuarial, Atendimento, Institutos, Convênio INSS, Seguros e Empréstimos.

De acordo com o Relatório Gerencial PRG-001/24, o relatório emitido pela ABNT reflete o resultado de um trabalho minucioso e realizado ao longo de 2 dias, com 2 auditores e que concluíram o que segue: *"Nos aspectos possíveis de serem avaliados durante o processo amostral durante à auditoria de manutenção com alteração de endereço, foi constatado que o sistema de gestão da qualidade da organização está implementado conforme requisitos na*



ABNT NBR ISO 9001:2015. A equipe auditora recomenda a manutenção da certificação da organização conforme requisitos da ABNT NBR ISO 9001:2015.”

B.1.1 Objetivos da Qualidade¹

Este item tem o objetivo de informar os 10 (dez) indicadores referentes aos Objetivos de Qualidade¹ que a Eletros vem acompanhando. Tais indicadores foram divididos em 4 (quatro) perspectivas: Satisfação do Cliente; Resultado; Controle e Riscos e Eficiência Operacional.

Satisfação do Cliente

- Disponibilização de Contracheques no Site: visa monitorar o tempo da geração dos contracheques visando maior agilidade na disponibilização da informação ao participante e cuja métrica está atrelada ao tempo da disponibilização da informação antes da data do efetivo pagamento. Para este indicador, o CFE registrou recomendação no Relatório de Manifestação do exercício de 2022.
- Disponibilização das Reservas no Site: depende da integração dos sistemas com as Cotas para o seu subsequente fechamento e atualização das reservas antes de sua disponibilização. Para este indicador, o CFE observa que o cumprimento dos prazos não ocorre de forma constante.
- Nível de Serviço de Atendimento Telefônico: visa monitorar as interfaces de relacionamento com os participantes e assistidos, relacionando a quantidade de atendimentos realizados versus tentativa de contato no canal de telefonia.
- Perspectiva de Satisfação do Cliente é o de Número de Tickets Não Resolvidos há mais de 4 Dias: visa monitorar o tempo de resposta dos tickets, com o objetivo de atender todos os participantes prontamente.

Resultado

Dentro dessa Perspectiva, a Eletros possui o indicador que monitora os participantes que mantém seu nível contributivo com 100% da contribuição básica mensal, Participantes com 100% da Contribuição Básica Mensal.

Controle e Risco

Os indicadores contidos visam observar ações que culminam em mais impacto às rotinas e retornos.

- Número de Reclamações via Zendesk: o objetivo é monitorar a quantidade de reclamações recebidas e seus subsequentes tratamentos.
- Nível de Realização da Carteira de Empréstimos: visa acompanhar o comprometimento da carteira de empréstimos com relação a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). O limite aceitável equivale a 95%.



- Número de Não Conformidades: equivale aos registros que foram realizados em razão de problemas identificados na elaboração das atividades de rotina das áreas visando avaliar a maturidade dos processos que fazem parte do escopo do SGQ e a quantidade de ações que precisam ser observadas em cada um desses processos. O registro de não conformidade fica atrelado a uma análise mais aprofundada por parte do analista, que busca identificar a causa raiz e tratá-la de modo a evitar problemas similares futuros. Para este indicador, considera-se aceitável a abertura de até 6 (seis) não conformidades registradas ao mês.

Relativo a este indicador, o CFE entende que para alcance da eficácia deste indicador é necessário que este esteja atrelado a aferição da qualidade dos sistemas que suportam os processos. E neste contexto foram realizados registros e recomendações no Relatório de Manifestação do Exercício de 2022.

Eficiência Operacional

Dentro da Perspectiva e Eficiência Operacional, a Eletros conta com 2 (dois) indicadores: Fechamento da Carteira de Empréstimo e Fechamento da Arrecadação.

- Fechamento da Arrecadação: este indicador diz respeito ao tempo necessário para proceder a conciliação e a devida apropriação das contribuições recebidas em cada plano, a partir do recebimento dos arquivos gerados por cada patrocinador.
- Fechamento da Carteira de Empréstimos: visa monitorar o tempo para o fechamento mensal da Carteira de Empréstimos. Para este indicador, o Relatório de Manifestação do CFE relativo ao exercício de 2022 registrou que as parametrizações e customizações realizadas no sistema de empréstimos da Sínquia, rotineiramente apresentavam inconsistências, e observou que a Diretoria de Benefícios solicitou ao provedor de serviço desenvolver um novo módulo de empréstimos e criou o referido indicador visando a identificação dos problemas.

Neste contexto, é possível verificar o monitoramento dos indicadores pela Diretoria (esfera tática) e pelas áreas (esfera operacional). Verifica-se entretanto, que o indicador “Disponibilização de Reservas no Site” apresenta níveis inferiores as metas estabelecidas e portanto, pode carecer de ações estruturantes e, portanto na esfera estratégica.

Desta forma, o Conselho Fiscal identifica oportunidade de melhoria e recomenda ao Conselho Deliberativo acompanhar este indicador visando estabelecer objetivos e metas estratégicas que busquem automatizar as atividades de negócio da Eletros integrada e, incluindo o fechamento financeiro e de cotização.

B2. Auditorias

(i) Auditoria Externa

Um ponto de controle relevante é o fato de a Fundação contar com os serviços de auditoria independente executados pela BDO RCS Auditores Independentes SS, para revisar e emitir opinião sobre as Demonstrações Contábeis da Entidade.



Neste contexto, a Ata 466ª RCFE, de 09 de outubro de 2023 que trata da Apresentação do Planejamento dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023 foram definidos pontos relevantes a serem endereçados para a auditoria do exercício de 2023, bem como a realização de follow-up das recomendações pretéritas.

Cabe destacar que até a data de finalização deste Relatório, o CFE não recebeu o Relatório com o resultado de avaliação dos pontos tratados na referida Ata do CFE.

(ii) Auditoria Interna da ELETROS

Com base no Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI/2023, assinado em 23 de fevereiro de 2024, foi possível o Conselho Fiscal verificar os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna no ano de 2023 e o monitoramento das recomendações contidas em RAAI's anteriores (2022 e 2021) e ainda pendentes de regularização.

A Auditoria Interna utiliza para o monitoramento dos planos de ação acordados entre a Administração e a AUD dois Indicadores Chaves de Desempenho - KPI's. O KPI 04 monitora os planos de ação relacionados às recomendações do exercício. E o KPI 03 monitora os planos de ação relacionados às recomendações dos exercícios anteriores.

Assim, o Relatório Gerencial de Auditoria reporta que, no ano de 2023, todas recomendações emitidas pela AUD foram concluídas dentro do próprio exercício e relativo ao estoque total de recomendações de exercícios anteriores, 88% foram concluídas no final de 2023.



Relativo aos aspectos metodológicos de trabalho da AUD, foi verificado que, no segundo semestre de 2023, foi aprovada pelo CDE a Tabela de Classificação com os níveis de criticidade dos achados de auditoria. Entretanto, a Nota Técnica que forneceu subsídios à aprovação do Conselho já havia sido verificada e foi alvo de recomendação do CFE no Relatório de Manifestação do primeiro semestre de 2023, pois define impacto, mas não define abordagem que leve em consideração a probabilidade de ocorrência dos riscos associados aos objetivos do objeto de auditoria. O Conselho Fiscal da Eletros, já havia relatado a PROBABILIDADE como um componente chave, pois é influenciada pela avaliação da eficácia dos controles

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



internos que foram escopo de auditoria, e/ou pela frequência com que uma situação de risco ocorreu no passado (sendo esta última situação possível de ser mensurada a partir de base histórica e indicadores).

O Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI 2023, referente ao exercício de 2023, assinado em 23/02/2024, registra a seguinte OPINIÃO DA AUDITORIA INTERNA:

"De maneira geral o ambiente de controles internos encontra-se adequado e os riscos, embora existentes, encontram-se mitigados, salvo os casos explicitamente mencionados ao longo do relatório e de seus anexos. Destaca-se que a opinião da Auditoria Interna – AUD é resultante dos trabalhos desenvolvidos pela própria área durante o exercício, bem como pelo resultado dos trabalhos realizados pelas auditorias das patrocinadoras e demais instâncias de supervisão externa."

(iii) Auditorias de Órgãos de Controle Externo

De acordo com o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI 2023, no exercício de 2023 não houve demanda oriunda de órgãos estatais de fiscalização.

As demandas no período foram provenientes das Patrocinadoras Eletrobras, EPE e ONS.

▪ **Auditoria da Patrocinadora Eletrobras**

Dado o escopo de auditoria foram reportados 2 (dois) pontos de baixa criticidade.

▪ **Auditoria da Patrocinadora EPE**

O RAAI- 2023 reportou que no fechamento do respectivo relatório, a auditoria da Patrocinadora EPE ainda se encontrava em execução.

▪ **Auditoria Interna do Patrocinador ONS**

O RAAI- 2023 reportou que no fechamento do respectivo relatório, a auditoria da Patrocinadora ONS ainda se encontrava em execução.

C. Compliance

O *Compliance*, de forma sistêmica, deve permear todos os níveis da organização e ser composto por um conjunto de elementos que atendam a três finalidades básicas: prevenir, detectar e responder.

As boas práticas definem que o *compliance* é um processo contínuo e resultado de uma organização que cumpre suas obrigações éticas e legais.

Cabe à Gestão de *Compliance* estimular não somente o cumprimento de leis e regras, a prevenção e detecção de condutas ilícitas, mas também encorajar, no âmbito institucional, a vontade de cumprir a lei e de agir eticamente, o que só é possível de forma holística, pois





abrange aspectos de governança, conduta e transparência, e de forma integrada, a outros processos como: gestão de riscos, gestão de projetos, auditorias etc.

Visando verificar o atendimento às boas práticas, o CFE observou as atividades desenvolvidas pelo Compliance institucional da Eletros.

Verificou-se a segregação da coordenação de Compliance da área jurídica que passou a se reportar diretamente à Presidência da Eletros onde foi criada a coordenação de Compliance e Governança – PRI.

De acordo com o Relatório de Compliance nº 001/2024, de 26 de abril de 2024, as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Compliance – PRI se resume em:

- ❖ Assessoramento à elaboração, revisão e divulgação de Políticas, Regimentos e Normativos internos;
- ❖ Identificação e reporte às áreas da legislação pertinente ao setor de previdência complementar no Brasil;
- ❖ Gestão do calendário de obrigações legais e o cumprimento de prazo legais;
- ❖ Incentivo à oferta de treinamentos periódicos visando à disseminação da cultura de *Compliance*;
- ❖ Apoio aos gestores na padronização de processos de suas áreas por meio de normas e procedimentos;
- ❖ Análise da conformidade documental de parceiros de negócio, fornecedores e prestadores de serviços;
- ❖ Atendimento às Demandas de Auditoria das Patrocinadoras e Auditoria Interna e atendimento às solicitações do CFE;
- ❖ Estimular o cumprimento de leis e regras, a prevenção e detecção de condutas ilícitas, bem como encorajar, no âmbito institucional, a vontade de agir eticamente.



(i) Gestão, elaboração e revisão de Políticas, Regimentos e Normas:

Referente ao assessoramento à elaboração e/ou revisão de Políticas, Regimentos e Normativos internos, com base no Relatório de Compliance nº 001/2024, de 26 de abril de 2024, o CFE observou que para cada normativo revisado ou criado, a PRI emitiu uma Opinião de Conformidade, onde foram analisados a pertinência e conformidade dos documentos às legislações vigentes e aos normativos internos.

No exercício de 2023, a área de compliance trabalhou na construção/revisão de 24 normativos internos.

A criação de novos normativos internos, bem como a revisão dos existentes, ocorre de forma contínua, em parceria com as áreas de negócio e/ou áreas técnicas, em face da constante atualização do arcabouço legislativo aplicável às EFPC e seus impactos nas atividades e processos, bem como em tecnologia e recursos humanos.



(ii) Gestão e monitoramento da conformidade documental dos processos de aquisição de bens e serviços (Contratações):

Outra atividade desempenhada pela PRJ, especificamente na gestão do *Compliance*, consiste na avaliação da conformidade documental dos processos de aquisição de bens e serviços, observando a validade e a exatidão dos requisitos estabelecidos na Política e na Norma de Aquisição de Bens e Serviços, a aderência às melhores práticas, além da avaliação do instrumento contratual à luz das diretrizes internas e da legislação.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 53 consultas, em processos de aquisição de bens e serviços, que resultaram em análises das documentações e respectivas aprovações.

No contexto de avaliação desta atividade da coordenação PRI, o CFE verificou dois aspectos: (i) a avaliação da conformidade documental dos processos de aquisição de bens e serviços não observa a aderência à Política de Alçada; e (ii) a sobreposição de atividade com a Auditoria Interna, sendo a diferença entre as atividades desempenhadas pelas duas áreas consistentes pelo marco temporal, o que não descarta a responsabilidade dos gestores das áreas da Fundação de cumprir as Normativas Internas e Legais quando da aquisição de bens e serviços.

Neste sentido, visando a otimização e economicidade dos recursos da Fundação e o atendimento às Políticas Institucionais, o CFE recomenda:

- ao Conselho Deliberativo, como responsável em última instância pela aprovação da estrutura organizacional, avaliar/reavaliar a execução desta atividade pela área de compliance; e
- à Diretoria Executiva, observar no processo de aprovação de aquisições de bens e serviços, que as diretrizes da Política de Alçada sejam observadas por meio de formalização nas Notas Técnicas que fazem parte do processo de aprovação.

(iii) Gestão e acompanhamento do Calendário de Obrigações Legais:

A Eletros utiliza o Calendário de Obrigações da ABRAPP, como ferramenta auxiliar, para controlar e monitorar os prazos de cumprimento das obrigações legais aplicáveis às EFPC.

O objetivo da ferramenta é notificar e alertar regularmente gestores e operadores sobre as funcionalidades do sistema, associações de novas obrigações, alterações de *status* das atividades e gerar Relatórios sobre obrigações cumpridas e, vencidas.

O CFE verificou nas reuniões mensais e no reporte do Relatório de Compliance nº 001/2024 que, referente ao exercício de 2023, houve o cumprimento integral das obrigações estabelecidas no calendário da ABRAPP, sendo que 1 (uma) obrigação foi cumprida com atraso acarretando o pagamento de multa.



Neste sentido, a DEE determinou a elaboração de plano de ação visando minimizar riscos de descumprimento dos prazos legais, que inclui a revisão de processos e procedimentos.

(iv) Verificação da conformidade documental referente aos benefícios concedidos no mês:

De acordo com o Relatório de Compliance nº 001/2024, são verificados e atestados pela PRI, a conformidade e aderência da documentação necessária para a concessão de benefícios requeridos no mês por participantes, assistidos e seus beneficiários. Os processos e a respectiva documentação são compartilhados pela Gerência de Relacionamento e Benefícios - DBR, após a revisão e validação dos cálculos atuariais pela Gerência Atuarial - DBA.

O Relatório nº 001/2024 da PRI informa que, 149 processos foram verificados e atestados durante o exercício de 2024.

Neste sentido, visando a otimização e economicidade dos recursos da Fundação, o CFE recomenda:

- ao Conselho Deliberativo, como responsável em última instância pela aprovação da estrutura organizacional, avaliar adequada segregação de funções das áreas na Diretoria de Benefícios, tendo em vista que o risco de conceder e pagar benefícios em única gerência não é minimizado, única e exclusivamente, pela análise da documentação relativa à concessão de forma segregada.

(v) Monitoramento, análise e reporte da legislação recém-publicada aplicável às EFPC:

O Relatório de Compliance nº 001/2024, informa o monitoramento e identificação de eventuais novidades e alterações na legislação aplicável às EFPC como sendo realizado por meio dos portais eletrônicos oficiais dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores.

O Relatório de Compliance informa ainda que, foram identificados os gestores /áreas de interesse para 17 novos Normativos Legais.

Neste sentido, no exercício de 2023, o CFE não foi informado das ações realizadas e/ou planejadas que visem minimizar os riscos de Não-Compliance e, tampouco foi informado sobre o nível de aderência das novas e modificadas obrigações legais; dos impactos das mudanças no ambiente da empresa (capacitação de recursos humanos, processos e sistemas); e sobre a definição de planos de ação para atendimento dos novos requisitos legais, dentro dos prazos estabelecidos, conforme havia sido reportado e recomendado no Relatório de Manifestação do CFE referente ao Exercício de 2022.

Importante destacar que, a Coordenação de Compliance e Governança – PRI informou que para acompanhar o nível de aderência da Fundação às Normativas legais e próprias, em novembro de 2023, iniciou ações que permitirão gerenciar o Risco de Não-Compliance. A





implantação de Workflow - Portal Legislações, parte integrante da plataforma SoftExpert, de acordo com o Relatório de Compliance, permitirá à PRI divulgar as Normativas para os gestores das áreas e associá-los as respectivas Normativas de forma que sejam registradas as avaliações de impacto, registrados os planos de ação para aderência aos requisitos legais e próprios da Fundação, bem como acompanhar o nível de aderência às Normativas.

(vi) - Estimular o cumprimento de leis e regras, a prevenção e detecção de condutas ilícitas, bem como encorajar, no âmbito institucional, a vontade de agir eticamente.

O Conselho Fiscal verificou ainda que, como forma de promover os assuntos relacionados à integridade, ética, riscos e compliance entre os empregados e conselheiros da Fundação, a Eletros promoveu em novembro de 2023, a 2ª Semana da Ética, Risco, Compliance e Integridade. O evento aconteceu de forma híbrida, com participação presencial dos empregados e dirigentes e participação remota dos conselheiros, com uma carga horária de 9 horas.

D. Monitoramento e Comunicação ao COAF - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC define na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, os procedimentos que devem ser adotados pelas EFPC visando à prevenção dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e de combate ao terrorismo.

Neste sentido, por meio do Relatório Gerencial PRG – 001/24, o Conselho Fiscal verificou que a Diretoria Executiva da Eletros vem monitorando e comunicando ao COAF os aportes realizados por participantes de acordos com os requisitos legais.

E. Canal de Denúncias da Entidade:

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., sendo denominado Canal de Denúncias da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020.

O Relatório Gerencial de Denúncias informa que no exercício de 2023 houve apenas um registro realizado no Canal de Denúncias. Tal denúncia se refere pessoa externa à Fundação.

Destaca-se que visando a melhoria dos processos de governança e o adequado desempenho da função e responsabilidades dos órgãos estatutários, conforme determinam as legislações e boas práticas de governança, o CFE formalizou recomendações nos Relatórios de Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022 e, no primeiro semestre de 2023 relativas ao tema.



10. Governança e Planejamento Estratégico:

No segundo semestre de 2023, a Governança da Eletros foi alterada em decorrência dos vencimentos dos mandatos, em 30 de junho de 2023, do Diretor Financeiro e de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Relativo ao Planejamento Estratégico, cujas ações foram planejadas para finalizar até o final de 2023, o Conselho Fiscal verificou que alguns objetivos e metas não foram alcançados, com o devido reflexo na execução orçamentária.

Ainda sobre o tema, o CFE verificou a elaboração, ainda em curso, do Planejamento Estratégico para o período de 2024-2026.

Neste sentido, o Conselho Fiscal recomenda que:

- O Conselho Deliberativo estabeleça formalmente a associação do orçamento aos objetivos e metas estratégicas como base fundamental para garantir que os recursos financeiros sejam alocados nas áreas que proporcionam o maior impacto no alcance dos objetos organizacionais.

Cabe destacar que a correlação do orçamento com os objetivos e metas estratégicas permitirá ao Conselho Fiscal verificar/acompanhar a execução orçamentária de forma mais eficiente e eficaz.

11. Recomendações do Conselho Fiscal

o Conselho Fiscal desempenha um papel institucional importante no sistema de freios e contrapesos visando adequado funcionamento da EFPC. Suas recomendações visam contribuir para a transparência, a governança corporativa e a proteção dos interesses dos stakeholders.

As recomendações do Conselho Fiscal ajudam a assegurar a conformidade das práticas da Entidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis. Isso inclui a verificação da adequação dos controles internos, a revisão das demonstrações financeiras, a avaliação de riscos e a detecção de possíveis irregularidades.

As recomendações emanadas pelo Conselho Fiscal, em Atas e no Relatório de Controles Internos contribuem para a prevenção de fraudes, corrupção e outros comportamentos inadequados, garantindo a integridade dos processos operacionais e financeiros da Entidade. Além disso, as recomendações do Conselho Fiscal podem auxiliar a Eletros na tomada de decisões estratégicas e táticas.

Outro aspecto importante das recomendações do Conselho Fiscal é o fortalecimento da percepção de confiança dos participantes e patrocinadoras em geral, ao demonstrar uma governança corporativa sólida e uma atuação diligente na fiscalização dos interesses da Entidade.

As recomendações do Conselho Fiscal buscam garantir a conformidade, a transparência e o acompanhamento sobre a gestão de riscos da Entidade.

Neste sentido, o Conselho Fiscal exarou recomendações, constantes no corpo da presente manifestação associadas aos temas tratados no presente documento, objetivando contribuir,



dentro de sua competência de atuação, com o constante processo de aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos.

Outrossim, durante as reuniões do período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2023, o Conselho Fiscal exarou as recomendações listadas no quadro a seguir:

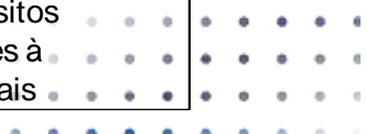
 ER	7905
 WS	7470
 JL	5923
 RT	31601





FATOS OBSERVADOS	RECOMENDAÇÕES/DEMANDAS CRÍTICAS
<p>No tratamento dos assuntos disponibilizados na planilha de pendências do CFE foi observado o não atendimento tempestivo das demandas do colegiado referentes a Ata da 453ª que trata do acompanhamento de empréstimos.</p>	<p>Decidido, por unanimidade do Conselho Fiscal, o encaminhamento do assunto para avaliação da Auditoria Externa BDO, no âmbito de seu escopo de trabalho de revisão das Demonstrações Financeiras, notadamente sobre os aspectos de riscos e controles internos do sistema de gerenciamento e processos de Empréstimos concedidos, uma vez que a existência de eventuais problemas pode impactar os participantes e as demonstrações financeiras da Entidade</p>
<p>No reporte realizado ao Conselho Deliberativo, a Auditoria Interna não acompanha por meio de seus indicadores, as recomendações realizadas pelo Conselho Fiscal.</p>	<p>O Conselho Fiscal decidiu, por unanimidade, recomendar ao Conselho Deliberativo da Eletros que fossem acompanhados, por meio dos indicadores chaves PKI 03 e PKI 04, da Auditoria Interna, as recomendações emanadas pelo CFE, com a implementação da prática a partir de janeiro de 2024, após devidos alinhamentos, inclusive quanto ao tratamento às recomendações já exaradas e definição da métrica de medição da auditoria interna sobre recomendações do CFE até o final de dezembro de 2023.</p>
<p>No processo de aprovação da participação da Eletros no processo seletivo de nova patrocinadora, foi percebido a existência de um grupo que pode possuir instabilidade funcional devido ao tipo de vínculo com a Entidade podendo gerar uma rotatividade que deve ser considerada na viabilidade do plano vis-à-vis os custos de implementação do plano e o retorno do investimento.</p>	<p>Recomendado à Diretoria Executiva, por unanimidade dos membros do Conselho Fiscal presentes à reunião, que o estudo de viabilidade do plano seja refeito para considerar a avaliação formal dos riscos que podem impactar o alcance das metas estabelecidas, de forma a dar maior segurança na avaliação de custos versus benefícios do plano</p>
<p>A necessidade de atendimento dos requisitos definidos na Norma Eleitoral por todos os Conselheiros, inclusive nos que estão no desempenho de suas funções, face aos riscos de não compliance ou se ferir o princípio da equidade.</p>	<p>CFE deliberou, por unanimidade dos presentes, encaminhar recomendação ao Conselho Deliberativo para que Norma Eleitoral seja revista imediatamente, a fim de que seja suprimida a necessidade de experiência gerencial e os requisitos estabelecidos estejam aderentes à legislação, de modo que eventuais</p>

ER 7905
WS 7470
JL 5923
RT 31601



O quadro a seguir destaca as recomendações exaradas pelo Conselho Fiscal em Relatório de Manifestação referentes a exercícios anteriores e que se encontram pendentes de tratamento pelos órgãos competentes:

RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL DA ELETROS	REFERÊNCIA
<p>Recomendou ao Conselho Deliberativo da ELETROS avaliar as negociações realizadas com a Patrocinadora, a título de ressarcimento de parte do valor referente ao repasse realizado, evidenciando e considerando o impacto para os Planos, visto que o reembolso parcial acarretou prejuízo aos Planos. Adicionalmente, avaliar a não devolução, até o momento, do repasse realizado à Patrocinadora à título do prêmio do seguro.</p>	<p>Item 8 – Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária – PGA – Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou à Diretoria Executiva da ELETROS a comunicação formal à Auditoria Independente sobre o reconhecimento da Receita de R\$ 409.467,99 como parte do valor referente ao repasse realizado à Patrocinadora, em especial considerando o Risco das receitas e despesas decorrentes da Gestão Previdencial e Gestão Administrativa não estarem sendo contabilizadas, liquidadas e apresentadas adequadamente.</p>	<p>Item 8 – Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária – PGA – Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou à Diretoria Executiva da ELETROS a comunicação formal à Auditoria Independente visando avaliação de impacto de receita advinda da atividade não regular da ELETROS e verificação se o rateio de entrada do recurso nos planos corresponde ao rateio realizado quando da saída do recurso</p>	<p>Item 8 – Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária – PGA – Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou ao Conselho Deliberativo que constitua um Comitê de Riscos a ele subordinado e composto por membros por ele definidos. Neste contexto é importante destacar que as atribuições, responsabilidades e práticas do Comitê de Risco devem atender às boas práticas de Governança Corporativa de forma a auxiliar o Conselho Deliberativo a tomar decisões e a analisar e/ou revisar os riscos que possam impactar o alcance dos objetivos da Fundação.</p>	<p>Item 9 – Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade – Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou que Conselho Deliberativo da Eletros disponha, no Regimento Interno do CDE, que a instituição e destituição da área de Auditoria Interna se dê por força de decisão do órgão, independentemente de ser consubstanciada por proposta da Diretoria Executiva, e que a</p>	<p>Item 9 – Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade –</p>

ER 7905
WS 7470
JL 5923
RT 31601



<p>admissão e demissão do gerente da área deve ter aprovação formal do órgão máximo de Deliberação da Fundação</p>	<p>B2 – Auditoria Interna - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou que o CDE estabeleça, periodicidade para permanência na função de responsável pela auditoria interna, com possibilidade de prorrogação uma única vez, por igual período, a despeito de a área de Auditoria não ser uma obrigação legal para Entidade Sistemáticamente Importante;</p>	<p>Item 9 – Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade – B2 – Auditoria Interna - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou que a Auditoria Interna defina e formalize no PAAI, como parte do escopo de auditoria, os objetivos do objeto de auditoria visando adequada classificação de criticidade dos achados de auditoria</p>	<p>Item 9 – Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade – B2 – Auditoria Interna - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou que o Conselho Fiscal da Eletros CFE, no âmbito de suas atribuições, deva ser tempestivamente informado quando da ocorrência de eventuais denúncias contra membros dos órgãos estatutários da Entidade devendo, também, ser informado sobre a existência de denúncias pretéritas existentes, contendo, neste caso, a indicação se julgadas procedentes ou improcedentes.</p>	<p>Item 9 – Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade – Canal de Denúncias da Entidade - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023</p>
<p>Recomendou que o Conselho Deliberativo, no estabelecimento do fluxo de informações sobre a existência de denúncias contra membros estatutários preveja que o Conselho Fiscal seja informado da sua existência</p>	<p>Item 9 – Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade – Canal de Denúncias da Entidade - Relatório de Manifestação do</p>



	CFE referente ao 1º Semestre de 2023
Recomendado, por unanimidade, ao CDE adequação do Estatuto no que se refere aos itens de quórum de instalação das reuniões do CFE e de aprovação das decisões do Colegiado e, por maioria, que a alteração destes itens no Regimento Interno do CFE não aconteça antes da alteração correspondente no Estatuto da ELETROS	Item 11 – Recomendações do Conselho Fiscal – Em ATAS do exercício - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023
Recomendado a necessidade de inclusão de representantes dos participantes e patrocinadoras no Comitê de Ética da ELETROS	Item 11 – Recomendações do Conselho Fiscal – Em ATAS do exercício - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023
Recomendado a elaboração de um Plano de Ação de TI contendo os objetivos a serem alcançados; as principais ações; prazos e marcos para tratamento dos gaps apontados no Relatório da Ernst & Young referente ao ambiente de TI.	Item 11 – Recomendações do Conselho Fiscal – Em ATAS do exercício - Relatório de Manifestação do CFE referente ao 1º Semestre de 2023
Recomendou ao Conselho Deliberativo da Eletros, por maioria, que a ocupação de cargos no âmbito da Diretoria Executiva, a exemplo do que fora praticado para a ocupação do cargo de Presidente da Entidade para o novo mandato de 3 (três) anos, deva ser precedida de processo seletivo, em observância à Resolução CNPC nº 35/2019.	Item 2: Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022



<p>Recomendou ao Conselho Deliberativo da Eletros, que defina uma Política com diretrizes para determinação da taxa de juros de referência. Essa Política deve permitir expressar, à priori, os critérios de determinação da Taxa Real de Juros dos planos, visto os fatores que influenciam essa tomada de decisão.</p>	<p>Item 7 - Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou à Diretoria Executiva, um estudo que demonstre a avaliação do risco de capacidade do Fundo Garantidor de Empréstimos do Plano BD Eletrobras suportar os Empréstimos Financeiros e <i>Vesting</i>, visto que o saldo devedor aumenta a cada ano, bem como medidas compensatórias para minimizar o risco.</p>	<p>Item 7 - Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais (subitem B) - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou que seja realizado um estudo de liquidez como uma das ferramentas de apoio à monitorização dos riscos sobre o fluxo de caixa da Entidade, em especial face às ações nas esferas judiciais que discutem a cobrança de contribuições extraordinárias para equacionamento dos déficits do plano BD Eletrobras. O estudo deve incluir a perspectiva do prazo para recebimento/conclusão das ações vis-à-vis o <i>duration</i> do Plano.</p>	<p>Item 7 - Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais (subitem C) - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou que a metodologia de gerenciamento de riscos a ser utilizada preveja a Gestão Integrada de Riscos, com abordagem sistêmica, visando identificar, avaliar, controlar e monitorar, por meio de indicadores, os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Eletros, incluindo, mas não se limitando aos riscos: Atuarial; TI; Segurança da Informação; Compliance; e Estratégico.</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem A - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou a elaboração de um plano de ação para o gerenciamento de riscos, contendo os principais objetivos relacionados a eficácia operacional e associados aos principais riscos que a Eletros está exposta, bem como as principais ações, prazos e marcos.</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem A - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou documentar as análises dos Indicadores do SGQ em um nível de detalhe que permita formalmente: (i) transmitir o conhecimento para todas as partes interessadas, atuais e futuras, documentando os fatos ocorridos e raciocínios utilizados de forma a manter o histórico, permitindo ainda alavancar o desenvolvimento contínuo de novas ideias, bem como economia,</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem B1 -</p>

ER 7905
WS 7470
JL 5923
RT 31601



<p>em especial, no caso de rotatividade dos profissionais; (ii) rastrear todas as interações nos processos e sistemas/ferramentas; (iii) suportar as tomadas de decisão; e (iv) permitir aos órgãos fiscalizadores, atuar na avaliação da eficácia dos indicadores e quando estes estiverem atrelados/correlacionados aos riscos corporativos da Fundação, atuar na avaliação da gestão integrada dos riscos</p>	<p>Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou registrar as não-conformidades no caso de inconsistências nos sistemas, de forma que os riscos e controles possam ser tempestivamente formalizados, avaliados, endereçados e monitorados. Tal registro deve ser realizado para atendimento do objetivo do indicador “número de não conformidades” e deve ser registrado mesmo que não tenha impactado o indicador que deu origem ao fato gerador.</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem B1 - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou que a administração utilize uma abordagem sistêmica e especifique formalmente a prioridade dos riscos associados ao não cumprimento dos objetivos e metas institucionais, como base para determinar os processos e os controles internos que serão mapeados e avaliados, bem como para definir indicadores para monitorização da eficácia dos controles internos.</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem B - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou, para os controles internos que se mostrem insuficientes, inadequados, impróprios ou inexistentes, que devem ser estabelecidas ações para implantação de controles visando minimizar os riscos relevantes para a Fundação, bem como estabelecer acompanhamento periódico das ações que visam correção das deficiências encontradas.</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem B - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou a revisão do critério de classificação de risco, uma vez que a Auditoria Interna - AI pauta suas avaliações nas amostras dos testes realizados e não considera controles existentes e/ou gaps</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem B2 – AUD - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022</p>
<p>Recomendou constar do Plano de Trabalho da Auditoria Interna, a avaliação de controles internos relacionados à concessão, manutenção e pagamentos dos benefícios, em especial do Plano BD Eletrobrás, bem como a avaliação da eficácia dos controles internos, por meio de testes de aderência formais dos controles internos.</p>	<p>Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem B2 – AUD - Relatório</p>

ER 7905
WS 7470
JL 5923
RT 31601



	Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
<p>Recomendou ao Conselho Deliberativo, que a Política de Alçada seja revista de forma que os limites de competência sejam estabelecidos apenas na Política Institucional, sendo revisada, quando necessário, para incorporar as inovações entendidas como necessárias.</p> <p>Recomendou ainda que, as transações, que por entendimento do Conselho Deliberativo, seja considerada recorrente e por essa razão passível de regra específica aderente à dinâmica da Diretoria Executiva em prol da economicidade processual, o CDE aprove autonomia específica da DEE, devendo as exceções serem previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo</p>	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem C – Compliance - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
<p>Recomendou estruturar o processo de gerenciamento de <i>Compliance</i>, considerando o risco de não-compliance, integrado prioritariamente ao processo de gerenciamento de riscos e gerenciamento de projetos recomendado no trabalho do PDTI realizado pela Ernst Young</p>	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem C – Compliance - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
<p>Recomendou estabelecer ações de Resposta aos Riscos de Não-Compliance que incluem: (i) a identificação do nível de aderência (compliance assessment) das novas e modificadas obrigações legais; (ii) a avaliação dos impactos das mudanças no ambiente da empresa (capacitação de recursos humanos, processos e sistemas); e (iii) a definição de planos de ação.</p>	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem C – Compliance - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
<p>Recomendou estabelecer ações para acompanhar as implementações das mudanças necessárias, apontadas pelos responsáveis nos planos de ação, visando garantir adequado cumprimento dos prazos legais.</p>	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem C – Compliance - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
<p>Recomendou estabelecer ações para definir e implantar indicadores que permitam monitorar o nível de compliance aos requisitos das obrigações legais e próprias e os riscos de Não <i>Compliance</i>, bem como avaliar a eficácia da gestão das obrigações legais</p>	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



	(subitem C – Compliance - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou ao Conselho Deliberativo que as denúncias recebidas pela Ouvidoria que envolvam Diretores e Conselheiros sejam remetidas a todos os Conselheiros do CDE, excluindo o destinatário da denúncia.	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem Canal de Denúncias - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou relativo ao fato do CFE não ser informado quanto à existência de denúncias envolvendo membros estatutários, que seja dada ciência ao Conselho Fiscal da Eletros de denúncias envolvendo os membros estatutários da Eletros.	Item 9 - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (subitem Canal de Denúncias - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou que a administração disponibilize as documentações solicitadas pelos Conselheiros Fiscais, bem como aquelas que fazem parte do material basilar para as reuniões do colegiado no prazo regimental e/ou acordado, a fim de que a prestação de informações e de contas sejam realizadas tempestivamente	Item 11: Recomendações do CFE - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou a definição de plano de ação para implantação e acompanhamento de indicadores para gestão dos recursos humanos, tais como: medição de resultado/desempenho dos empregados; retenção de talentos; rotatividade; clima organizacional, bem como seja periodicamente reportado ao CFE, o status de sua implementação	Item 11: Recomendações do CFE - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou que o Convênio firmado entre a Eletros e a Caixa de Assistência à Saúde – Eletros saúde defina clara e formalmente as métricas de rateio e/ou critério de rateio que estabeleça as responsabilidades de cada uma das empresas sobre as despesas compartilhadas, permitindo adequada verificação dos valores atribuídos para pagamento de cada uma das empresas.	Item 11: Recomendações do CFE - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou que a Diretoria Executiva sistematize, na estrutura da Entidade, as ações necessárias para atendimento, ou justificativa para o não atendimento, às recomendações do CFE e, no caso	Item 11: Recomendações do CFE -- Relatório

ER
7905

WS
7470

JL
5923

RT
31601



de terem sido atendidas, apresentar as evidências da implementação e caso venham a ser atendidas, apresentar planos de ação.	Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022
Recomendou Plano de Ação proposto pela área de TI destacando as principais ações, prazos, marcos e objetivos com vistas à adequação à LGDP e segurança dos dados da Eletros.	Item 11: Recomendações do CFE - - Relatório Manifestação do CFE referente ao exercício de 2022

12. Conclusão

Analisando o conjunto abrangente de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os materiais basilares examinados nas reuniões do Conselho Fiscal realizadas ao longo do período base, bem como os documentos de referência mencionados no item 13, o CFE conclui em sua Manifestação relativa ao exercício de 2023, que aborda de maneira substancial os aspectos relevantes referentes a Riscos, Controles Internos e Conformidade. Portanto, tais informações devem ser consideradas como parte integrante do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, salientando que sua relevância não se limita apenas a esses usuários. Cabe destacar que a gestão de riscos e controles internos constitui uma ação contínua, visando ao constante aprimoramento desses aspectos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições estatutárias e legais, especialmente as estabelecidas na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, a fim de fundamentar a emissão deste Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2023, utilizou-se de informações e evidências para monitorar as atividades administrativas e comunica que as reuniões mensais foram conduzidas de acordo com o Plano de Trabalho do Colegiado que prevê, entre outras, verificações relativas:

- Gerenciamento de Riscos;
- Gestão de Compliance;
- Gestão do Passivo;
- Gestão do Ativo;
- Execução orçamentária;
- Certificação dos dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento;
- Gestão Administrativa;
- Resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
- Planejamento Estratégico.

Como resultado de todas essas atividades, o Conselho Fiscal da ELETROS, com base nas verificações e análises realizadas durante o exercício de 2023, reportou em suas Atas e nos



Relatórios de Controles Internos emitido semestralmente todos os fatos ou evidências, de seu conhecimento, que possam ser utilizadas por seus diversos usuários.

Vale ressaltar que o processo de Gestão Baseada em Riscos e Controles Internos, bem como sua fiscalização, são processos contínuos que devem ser vistos como um ciclo virtuoso, pois visam atender aos requisitos de transparência da gestão e prestação de contas, possibilitando um maior monitoramento por todas as partes interessadas. O conjunto de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os Relatórios emitidos pelos Auditores Independentes da Entidade, bem como os Relatórios Gerenciais das áreas técnicas, permite ao Conselho Fiscal concluir que as informações relativas a Risco, Controles Internos e Conformidade, abrangendo o período em questão, estão suficientemente abordadas neste Relatório de Manifestação do CFE em seus aspectos relevantes e devem ser consideradas como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, sem, contudo, limitar-se a estes. É fundamental ressaltar que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua que visa a constante melhoria.

A presente manifestação deverá ser devidamente comunicada ao Conselho Deliberativo, a quem compete deliberar sobre as medidas que, eventualmente, sejam consideradas necessárias. Além disso, deverá permanecer arquivada na Entidade, ficando à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

13. Documentos de Referência

- Legislações e normativos citados.
- Memorando SEG 001/2024 e anexos
- Memorando SEG 002/2024 e anexos
- Memorando DF/DFC 006/2024 e anexos
- Memorando DF/DFI 001/2024
- Relatório Gerencial PRG 001/2024
- Memorando PRJ 002/2024
- Memorando DB/DBA 001/2024
- Memorando DB/DBA 002/2024
- Memorando DBR 001/2024
- Relatório Gerencial de Riscos – 2º Semestre de 2023
- Relatório de Aderência às Políticas de Investimento - 2023
- Relatório Gerencial das atividades *de Compliance* – nº 001/2024
- Relatório da Auditoria Externa – exercício de 2023, emitido em 27 de março de 2024
- ADITUS – Market Overview
- ADITUS – Alocação 2024 x 2023
- Relatório Gerencial de Denúncias
- RAED 001-2023
- Dash Board PKI 2023
- Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI 2023

ER
7905
WS
7470
JL
5923
RT
31601



14. Glossário de Termos

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado - refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado - refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

GTI – Gestão de Tecnologia da Informação da ELETROS;

ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

PGA – Plano de Gestão Administrativa;

PLD-FT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;



Rio de Janeiro, 26 de junho de 2024



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

7905

Elizabeth T. M. Ribeiro

Presidente do Conselho Fiscal da Eletros - CFE



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc

5923

José Luiz Leduc

Conselheiro Fiscal



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira

31601

Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira

Conselheiro Fiscal



William Manoel Souza

7470

William Manoel Souza

Conselheiro Fiscal



Relatório Manifestacao CFE Exercício 2023_Versão consolidada.docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 76359-A7547-CC4D7



Solicitação de assinatura iniciada por: MARILIA D. V. em 26/06/2024

Assinaturas



Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de junho de 2024, 18:19:30 | E-mail: eli*****@ho***** | Endereço de IP: 89.155.228.15 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.71), iOS | Celular: *****8152



Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de junho de 2024, 18:40:05 | E-mail: rud*****@el***** | Endereço de IP: 200.201.184.250 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 126.0.0.0, Windows 10 | Celular: (*) *****-6528



William Manoel Souza
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de junho de 2024, 19:23:17 | E-mail: wil*****@on***** | Endereço de IP: 177.128.117.60 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 125.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****2481



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
Assinou Eletronicamente



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
5923



5923

Assinou em: 26 de junho de 2024, 19:31:26 | E-mail: jlg*****@gm***** | Endereço de IP:
191.57.12.105 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.70), iOS |
Celular: *****3324